

A CONFIGURAÇÃO DA INFORMALIDADE NAS MARGENS DO ESTADO: O COMÉRCIO EM FAVELAS COM UPP.

Daniel Soares Rumbelsperger Rodrigues¹

RESUMO

Adotando a chave analítica de Cardoso (2010, 2013, 2014) para abordar a temática da *informalidade* no mercado de trabalho brasileiro e a perspectiva teórica de Das e Poole (2004) para tratar das favelas cariocas enquanto *margens* do Estado nacional, o artigo analisa a trajetória de um comerciante cujo estabelecimento se localiza numa área “pacificada” da cidade do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE

Informalidade. Margens do Estado. “Pacificação”. Trabalho.

¹ Mestre e Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

Este artigo trata do problema da *informalidade* no mercado de trabalho brasileiro a partir do contexto das favelas cariocas contempladas pelo recente experimento de segurança do Estado do Rio de Janeiro, as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora)². Neste interesse, o trabalho toma como pano de fundo o enquadramento atual (simultaneamente histórico e discursivo) do “problema da favela”, centrado na “linguagem da violência urbana” (Machado da Silva, 2011b, 2012b), na “metáfora da guerra” (Leite, 2012, 2014) e, nesta esteira, na categoria de “pacificação”, que tem longa trajetória dentre as “tecnologias do governamental” (Chatterjee, 2012, p.110) do Estado brasileiro, mas nunca antes havia sido utilizada – numa chave de alteridade tão radical – para segmentos urbanos (cf., a esse propósito, Pacheco de Oliveira, 2014). Neste marco, o artigo, por um lado, desenvolve a ideia de que as favelas cariocas sob o experimento das UPPs vêm sofrendo um “novo cerco” (parafraseando Machado da Silva, 2008) e, por outro, utiliza-se da perspectiva teórica avançada pela (já clássica) coletânea organizada por Das e Poole (2004), que propõe uma antropologia das margens (e/ou a partir das margens) do Estado.

A ancoragem empírica do artigo consiste da análise de uma das entrevistas (em profundidade) que venho realizando (no escopo de pesquisa de doutoramento em curso) com comerciantes de favelas (com UPP) no intuito de descrever e interpretar analiticamente o que Adalberto Cardoso vem chamando de “ambiente da regulação

² Como sublinha Leite (2014, p.626; grifos da autora), o “*programa estadual de pacificação de favelas* (...) foi sendo criado *ad hoc*”; quer dizer, não obedeceu a um plano pré-definido e previamente desenhado, mas avançou de maneira pragmática e experimental, com baixo grau de institucionalização e normatização legal. Basta ver que o decreto 42.787 de 06 de janeiro de 2011, único a avançar mais concretamente na determinação jurídica do *modus operandi* das UPPs, foi primulgado quando o “projeto de pacificação” já somava 13 (treze) unidades; por esse motivo, referimo-nos às UPPs como um “experimento” e não como uma política pública (seguindo a sugestão de Rodrigues e Siqueira, 2012, p.13).

rarefeita” (Cardoso, 2013) – numa formulação alternativa e original para tratar da temática da informalidade no Brasil. Neste sentido, o trabalho pode ser considerado como um esforço na tentativa de responder à seguinte questão: como se processa concretamente (quer dizer: na prática das experiências de vida das pessoas) a configuração social da *informalidade* no contexto de um *novo cerco* às favelas (entendidas como *margens urbanas* do Estado)?

O artigo divide-se em cinco seções; na sequência desta introdução, reconstruo a história das favelas cariocas a partir do conceito de margens do Estado (Das e Poole, 2004). Na terceira seção, apoiando-me em Cardoso (2013, 2014), exponho uma alternativa teórica para o tratamento empírico do problema da informalidade no mercado de trabalho brasileiro. Na quarta seção, analiso o caso de Miguel, comerciante de uma favela “pacificada”. Nas considerações finais, sintetizo a argumentação e indico os horizontes da pesquisa.

As favelas cariocas como margens urbanas do Estado: reflexões sobre a categoria de *cerco*.

A construção histórica do “problema da favela”, isto é, a constituição histórica da favela como problema coletivo e como tópico de debate público (o que é indissociável da sua história como realidade urbana – seu lugar na história urbana da cidade do Rio de Janeiro –, como objeto de políticas públicas – de “remoção” tanto quanto de urbanização – e planejamentos urbanísticos e como ator de alianças político-partidárias e cenário e resultado de formas de organização e mobilização populares) deu-se a partir de um enquadramento do fenômeno da favela como margens do Estado nacional.

Das e Poole (2004), a partir das contribuições de alguns autores fundamentais (como Walter Benjamin e, sobretudo, Giorgio Agamben e Michael Foucault), propõem uma refundação dos pilares do que se considera uma “antropologia do Estado”³. Privilegiando locais do globo que são considerados como periféricos em relação aos países de capitalismo central, originário ou avançado, os autores de *Anthropology of the Margins of the State* formulam suas etnografias em países comumente vistos como de Estado “fraco” e/ou “parcial” – isto é, “incompleto” (porque novo) ou “atrasado” (porque num estágio de organização e racionalização burocráticas inferiores em relação àqueles países de capitalismo originário, considerados no centro do mundo globalizado). Não se trata disso, advertem Das e Poole logo no início. Os Estados da periferia do mundo europeu e norte-americano não têm “formas de regulação e pertencimento” (Das e Poole, 2004, p.03) – supostamente constitutivas do Estado-nação – comparativamente mais frouxas e diminuídas e, além disso, o Estado moderno não consiste de “uma forma administrativa e racionalizada de organização política que se torna enfraquecida ou menos completamente articulada ao longo de suas margens sociais e territoriais” (*idem, ibidem*). As margens do Estado, portanto, são consideradas não como aqueles locais, âmbitos ou circunstâncias onde as suas práticas, regulamentos e protocolos são menos pregnantes (ou mais rarefeitos) – o que expressaria, assim, uma “falha” na sua aderência ao real que poderia ser corrigida por “reformas” ou atos

³ Interessante notar que, mostrando as (absolutamente necessárias) vantagens e potencialidades que o método etnográfico traz para a análise do Estado (a partir de suas margens enquanto *lugar epistemológico*), Das e Poole retomam criticamente o processo histórico em função do qual a disciplina antropológica se considerou (desde o início) inapta para tratar do Estado ao mesmo tempo em que este próprio Estado (ou uma imagem específica dele – mais precisamente a auto-imagem do Estado europeu como uma máquina burocrática impessoal e racional voltada tanto para a administração de territórios e pessoas quanto para a garantia de direitos constitucionalmente assegurados) constituiu-se, desde o início, como o que Bourdieu chamou de “inconsciente epistemológico do campo [neste caso, do campo do saber antropológico]” (Bourdieu, 2001, p.120). Privilegiando o que Habermas chamou de “mundo da vida”, as autoras propõem uma desvinculação epistêmica do Estado enquanto “operador cultural universal” (Das e Poole, 2004, p.05) e uma alternativa teórica para pensá-lo a partir de suas próprias margens, alternativa esta que sintetizo a seguir.

internos relativos à organização burocrática da máquina pública –, mas, antes, *como sua própria condição de possibilidade*. As margens do Estado, deste ponto de vista, são seus próprios produtores: “as margens são a implicação necessária do Estado tanto quanto a exceção é o componente necessário da regra” (*idem*, p.04). Logo, as questões trazidas pelas margens do Estado “atravessam o coração mesmo do mais ‘exitoso’ Estado liberal europeu” (*idem, ibidem*).

Assim, o Estado é visto como *comprometido positivamente* com a manutenção das margens como “espaços sem lei” (“unruly spaces” – *idem*, p.33), de modo que elas são *funcionais* para a própria re-produção estatal; no entanto (e paradoxalmente), os espaços das margens também *são vistas* hegemonicamente (tanto pela percepção social quanto pelos teóricos liberais do Estado) “como lugares de desordem, onde o estado tem sido incapaz de impor sua ordem” (*idem*, p.06) e, por isso, como locais que o Estado precisa gerir, dominar e incorporar à sua institucionalidade. Mas, (de novo paradoxalmente) é no processo das suas investidas neste sentido que o Estado (que podemos pensar, com Chaterjee [2012, p.111], como de “dupla face”) reproduz suas próprias margens, conferindo a elas uma ordem singular que, no entanto, é permanentemente ocultada pela imagem de desordem: as margens abrigam aqueles “tipos de práticas que *parecem* desfazer/anular o Estado nas suas margens territoriais e conceituais” (Das e Poole, 2004, p.04 – grifos meus). Elas são vistas como constituídas por aquelas práticas, populações, lugares e territórios que representam uma ameaça às estruturas (e/ou à legitimidade) do Estado (seja a partir de dentro seja a partir de fora de sua jurisdição). Lá, “a natureza pode ser imaginada como selvagem e incontrolável” e “o Estado está constantemente refundando seus modos de ordenação e construção legal” (*idem, ibidem*). Não se trata, assim, de “espaços que o Estado ainda não penetrou: antes, elas podem ser vistas como locais nos quais o Estado é continuamente formado nos

intervalos da vida cotidiana” (*idem*, p.23). Nas margens, pois, o Estado desenvolve “tecnologias de poder específicas” a fim de “gerir” e “pacificar” suas populações “tanto através da força quanto por meio de uma pedagogia da conversão destinada a transformar ‘sujeitos indisciplinados’ em legítimos sujeitos do Estado” (*idem*, p.09). Essas “gestão” e “pacificação” – através das quais o Estado, afinal de contas, se refunda constantemente nos espaços considerados à margem de seu controle efetivo – tem na “produção de corpos matáveis”⁴, por um lado, e na construção de “figuras como o policial ou o ‘chefe’ local” (*idem*, p.13), por outro, dois dos seus principais mecanismos de atuação. Como pretendo sugerir, essas figuras me parecem de grande valia para pensarmos as atuais configurações sociais operadas pela convivência entre policiais e traficantes de drogas no contexto de localidades de favela abarcadas pelo *programa estadual de pacificação de favelas* (Leite, 2014:626), produzindo um *novo cerco* às favelas e seus moradores.

Dois pontos me parecem também igualmente fundamentais de resgatar das considerações trazidas por Das e Poole; trata-se da ressalva de que os espaços das margens

não são meramente territoriais: eles também são, e talvez principalmente, lugares de prática nos quais a lei e outras práticas estatais são colonizadas por outras formas de regulação que emanam das necessidades prementes das populações por segurança política e sobrevivência econômica (Das e Poole, 2004, p.08).

Intimamente relacionada com esta “colonização” descrita por Das e Poole está o caráter *ativo e criativo* (tanto do ponto de vista político quanto econômico) dos que habitam as margens do Estado: “embora certas populações sejam patologizadas através

⁴ Para uma análise dos favelados como “população matável”, nos termos de Agamben (referência fundamental na conceituação das margens do Estado), cf. Farias (2007).

de vários tipos de práticas de poder/saber, elas não se submetem a essas condições passivamente” (*idem*, p.19).

Esta perspectiva antropológica avançada pelas autoras nos deixa diante de uma chave analítica extremamente profícua para o estudo (histórico tanto quanto etnográfico) do fenômeno das favelas entre nós. Desde seu início histórico, que a literatura geralmente remete para fins do século XIX, as favelas cariocas (que já foram as da capital federal) são objeto de políticas de *erradicação* que são justificadas por diferentes complexos discursivos devidos às diferentes conjunturas locais de poder; *grosso modo*, aqueles complexos (que indicam enfaticamente o quanto as favelas foram sendo constituídas como *margens especificamente urbanas* do Estado brasileiro) foram pautados pelo discurso médico-higienista, pelo discurso do medo da revolta comunista-popular e pela representação da “violência urbana” (Machado da Silva, 1993).

Com efeito, desde pelo menos a “revolta da vacina”⁵ (que se desenrolou no contexto da gestão municipal e da reforma urbana de Pereira Passos – 1902-1906), a “fave(l)la” passa a ser sistematicamente tratada, por meio da higiene como discurso de aspirações científicas, como uma *doença* que obsta o “progresso” e o “embelezamento” da cidade⁶; neste recorte, a “favela” precisa ser *cirurgicamente removida do tecido urbano*. Num dos pontos culminantes desta concepção, Augusto de Mattos Pimenta asseverava que, antes de uma definitiva remoção da favela da paisagem urbana da cidade,

é mister se ponha um paradeiro imediato, se levante uma barreira prophylactica contra a infestação avassaladora das lindas montanhas do Rio de Janeiro pelo flagello das “favellas” – lepra da estética, que surgiu ali no morro, entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Avenida do Cães do Porto e foi se derramando por toda a parte,

⁵ A “revolta da vacina”, a mais violenta revolta popular da cidade até então, jogou papel decisivo na vinculação direta entre “favela” (como assentamento urbano) e “doença infecto-contagiosa” (cf. dentre outros, Gonçalves, 2013, p.54-58 e Chaloub, 2004).

⁶ O higienismo foi não o único, mas um dos (embora particularmente proeminente e prenhe de consequências para história do país) discursos construídos em torno da busca das causas (e das possíveis soluções) para os *males* do Brasil (cf. dentre outros, Lima e Hochman, 1996).

enchendo de sujeira e de miséria preferentemente os bairros mais novos e onde a natureza foi mais pródiga de beleza (Pimenta apud Valladares, 2005, p.42).⁷

Desde a fundação do Partido Comunista (em março de 1922), contudo, o pânico relativo a possibilidade de um golpe comunista no Brasil paulatinamente foi se territorializando nas favelas da capital federal. Em face da influência comunista nos morros cariocas, o poder público (seja em âmbito municipal e estadual seja em esfera federal) articula (como sugere Burgos, 1998, p.30-33) não apenas a criação (em 1956) e a revitalização (em 1960) do SERFHA (Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas), mas também a instalação do escritório da SAGMACS (Sociedade para Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais) em São Paulo, num movimento liderado pelo frade dominicano francês Joseph-Louis Lebret⁸, e a inauguração tanto da Cruzada São Sebastião quanto da Fundação Leão XIII. Esta é a época na qual, a fim de prevenir a revolução, era preciso “subir os morros antes que deles descessem os comunistas”⁹.

⁷ Augusto de Mattos Pimenta foi um dos principais articuladores da vinda do arquiteto, urbanista e sociólogo francês Alfred Agache para o Brasil. Agache esteve à frente da elaboração do primeiro plano diretor da cidade (formulado entre 1927 e 1930, publicado neste ano), em que a favela, pela primeiríssima vez, é objeto de uma definição por parte do poder público. Neste plano, as “favellas” são definidas – sob a decisiva influência de Mattos Pimenta – como uma “*lepra*” que constitui “um perigo permanente d’incendio e infecções epidemicas para todos os bairros atravez dos quaes se infiltram” (Agache apud Valladares, 2005, p.47). Mattos Pimenta se destacou por liderar a primeira grande campanha pública contra a favela, campanha esta inscrita em um projeto mais amplo de modernização e “embelezamento” do Rio de Janeiro. Entre 1926 e 1927, Mattos Pimenta (prenunciando a célebre “Batalha do Rio de Janeiro”, dirigida por Carlos Lacerda em 1948) escreveu artigos e matérias para os principais jornais do Rio de Janeiro da época (*O Globo*, *A Notícia*, *Jornal do Commercio*, *O Jornal*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*), todos tratando sobre a “questão das favelas”; neste contexto, Mattos Pimenta se alça como um dos principais responsáveis pela articulação da “favela” como “problema público” (Cefai, Veiga e Mota, 2011) – porém *não do ponto de vista dos próprios favelados*.

⁸ O frei dominicano teve grande influencia no contexto da época. Por falta de espaço, não me detenho aqui especificamente no seu movimento intitulado *Economia e Humanismo* e na história da SAGMACS, remetendo apenas ao estudo clássico por ela produzido (SAGMACS, 1960).

⁹ Comunista e, posteriormente, anti-comunista dos mais convictos, Lacerda, no seu primeiro pronunciamento após a posse como governador, dizia que “o Estado da Guanabara não tolerará em seu território o comunismo, nem sob a forma aberta e franca de outrora, que chega ao assassinato e ao terror,

Lembremos que o período pós-2ª Guerra Mundial é um dos mais críticos da chamada Guerra Fria, com a União Soviética gozando de enorme prestígio por conta da sua atuação decisiva no combate ao nazi-facismo. Fundado em 1922, o Partido Comunista é posto na clandestinidade pela “Era Vargas” e retorna à legalidade democrática nas eleições de 1945, quando avança sobre as favelas, fazendo-as terreno fértil da sua expansão no cenário urbano carioca da época – do que a fundação da UTF (União dos Trabalhadores Favelados), em 1957, é apenas um exemplo¹⁰. Para além daquelas iniciativas (Fundação Leão XIII [1946], Cruzada São Sebastião [1955], SERFHA[1956]), as “forças da ordem” articulam a ilegalidade do PCB, de modo que o período de atuação institucional do partido é curtíssimo. Em 07 de maio 1947, o governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) revogou a autorização de funcionamento do PCB (com base num artigo da Constituição de 1946 que permitia impedir que partidos “antidemocráticos” de participarem abertamente da política nacional) e, em 07 de janeiro de 1948, cassou os mandatos dos comunistas eleitos. Embora na clandestinidade, o PCB continuou a influenciar de forma vigorosa o debate político brasileiro e carioca, pelo menos até o golpe de 1964.

Decaindo o regime militar, outro complexo discursivo sobre as favelas e seus habitantes começa a se constituir, alterando os termos (do debate e do imaginário públicos) através dos quais aquelas localidades são destacadas enquanto chagas da cidade, enquanto margens da sociedade, enquanto locus privilegiado daqueles “tipos de práticas que parecem destruir o Estado nas suas margens territoriais e conceituais” (Das e Poole, 2004, p.04). É a partir de fins da década de 1970 e início da década de 1980,

nem sob a forma atual, que disfarça de nacionalista e pacifista para conspirar contra o Brasil. Os comunistas são irrecuperáveis para a democracia” (disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/radar-politico/2010/12/05/ha-50-anos-lacerda-era-empossado-no-estado-da-guanabara/>).

¹⁰ A esse respeito, cf., dentre outros, Fischer (2008), Pestana (2013), Bittencourt (2012) e Silva (2005).

quando da formação e paulatino fortalecimento de facções criminosas do varejo de drogas ilegais, que se inicia a elaboração de uma representação da “violência urbana”¹¹ que fixa nas áreas de favela (e em seus moradores) a origem e o núcleo difusor de um complexo de práticas organicamente articuladas a partir da força bruta e seus instrumentos – num movimento de construção de uma ordem de vida peculiar que Machado da Silva (2004) vem chamando de “sociabilidade violenta” e que Carolina Grillo (2013, p.102) procura redefinir (convincentemente) como “socialidade criminal”. Com a reorganização do comércio internacional de drogas que introduziu (avassaladoramente) a cocaína na ponta do varejo de drogas ilícitas das cidades brasileiras, tornando-o um negócio altamente lucrativo (Alvito, 2001; Leeds, 1998) que está na base daquele fortalecimento das facções criminosas que fizeram das favelas seu local privilegiado de atuação¹², a *linguagem prática* da “violência urbana” (no dizer de Machado da Silva, 2010) ou a “metáfora da guerra” (na fala de Márcia Leite, 2000) passam a ditar os novos termos do “problema da favela”, nos quais os favelados são representados como *bandidos violentos* (reais ou potenciais). Se nas décadas de 1950/1960 as favelas eram “perigosas” porque reduto da “revolta social” a ser explorado pelos “comunistas”, a partir (grosso modo) da década de 1980 elas são “perigosas” porque “violentas”. De latentes revolucionários, as favelas e seus moradores passaram a ser retratados como criminosos em potencial.

¹¹ Enquanto representação (ou gramática ou linguagem), a “violência urbana” é um mapa cognitivo e moral que os habitantes das grandes cidades brasileiras construíram a partir de suas experiências com situações violentas no desenrolar de suas vidas cotidianas; neste sentido, “é uma descrição seletiva da realidade” e “uma construção simbólica que destaca e recorta aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes” (Machado da Silva, 1993, p.131).

¹² A sociabilidade violenta, portanto, embora “seja uma característica geral da configuração social das cidades brasileiras, afeta mais direta e profundamente as áreas desfavorecidas, especialmente as favelas. Além das clássicas razões de natureza sociopolítica, isto ocorre provavelmente devido à forma urbana típica desses locais, em geral muito densos e com traçado viário precário, dificultando o acesso de quem não está familiarizado com eles e, portanto, favorecendo o controle pelos agentes que lograrem lá se estabelecer” (Machado da Silva, 2008c, p.44).

No entanto, não vem de hoje a percepção coletiva de que a favela é o locus privilegiado da criminalidade, da delinquência e da marginalidade violenta; já em 1900 (!), o delegado da 10ª circunscrição (área da atual Cidade Nova e adjacências) documenta ao seu chefe de polícia (referindo-se ao Morro da Providência) que lá “não há famílias” e que

é ali impossível ser feito o policiamento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do Exército, não há ruas, os casebres são construídos de madeira e cobertos de zinco, e não existe em todo o morro um só bico de gás, de modo que para a completa extinção dos malfeitores apontados se torna necessário *um grande cerco*, que para produzir resultado, precisa pelo menos de um auxílio de 80 praças completamente armadas (In: Zaluar e Alvito, 1998, p.08 – grifos meus).

É impressionante o poder de antecipação deste documento. É impressionante que, ainda no início do século passado, já se prefigurasse o que a partir (mais ou menos) da década de 1980 se colocou como política sistemática de Estado para as favelas. Exatos 94 anos depois da correspondência do nosso delegado, tanques de guerra eram apontados para as favelas no âmbito da famosa “Operação Rio”¹³ e, em 2004, não apenas o então vice-governador do Estado do Rio de Janeiro propunha a construção de muros para *cercar* as favelas e impedir sua expansão¹⁴, como iniciava-se a “Operação Asfixia”: nela, explica o então sub-secretário-geral de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, Marcelo Itagiba, “criaram-se obstáculos ao livre trânsito de armas, drogas, traficantes e consumidores, com o *cercos* e a fiscalização nos principais pontos

¹³ A “Operação Rio” recorreu às Forças Armadas “na suposição de que o *cercos* às favelas seria a única maneira de ‘dar um basta’ ao ‘reinado’ dos traficantes de drogas e pô-los na cadeia. E as Forças Armadas foram realmente empregadas (como Forças Armadas, de vez que usaram tanques, canhões e helicópteros de guerra, como numa guerra convencional, e não como polícia)” (Silva, 1998, p.174 – grifo meu).

¹⁴ A esse respeito, cf. <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral.governo-do-rio-volta-atras-da-ideia-de-cercar-favela-com-muro.20040412p12576> (último acesso em 28/12/15).

de entrada das comunidades carentes mais afetadas” (grifo meu).¹⁵ De fato, o nosso processo de redemocratização foi acompanhado por um incrível recrudescimento da “violência urbana” (Peralva, 2000) e de “guetificação” das classes mais altas, que passaram a construir “enclaves fortificados para sua residência, trabalho, lazer e consumo” (Caldeira, 2000).

Neste enquadramento (histórico) maior e na conjuntura dos “megaventos” (que vão desde os Jogos Panamericanos em 2007 até as Olimpíadas em 2016), a cidade do Rio de Janeiro vem passando por um “choque de agenda” (La Barre, 2013) que vai de diversos projetos e programas urbanísticos (o que se conecta à reatualização das práticas e discursos sobre a remoção de favelas – Magalhães, 2013; Brum, 2013) até o advento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Ao longo do processo de expansão das UPPs pela cidade (hoje, são 38 instaladas no Estado do Rio de Janeiro, mas apenas uma fora da capital), um discurso vem lutando para tornar-se hegemônico; na parca legislação a elas referente, nos pronunciamentos dos seus porta-vozes oficiais, nos seus meios oficiais de divulgação e em diversas publicações de diferentes meios de comunicação de massa, vemos se constituir uma fala segundo a qual a força policial é, atualmente, o carro-chefe da “integração” da cidade, num movimento (virtuoso e inexorável) de absorção, por parte do “asfalto” ou das instituições da “cidade formal”, de amplas parcelas do solo urbano historicamente marcados pela violência e definidos pela precariedade. Nesta retórica, assume protagonismo, por um lado, a promessa de expansão (qualitativa e quantitativa) de

¹⁵ Cf. *Da asfixia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas* (Farias, 2008); no artigo, Juliana não se restringe às percepções dos moradores acerca da vida em territórios controlados pela “sociabilidade violenta”, mostrando também como o *cercos* (no sentido da restrição de direitos e liberdades) vivenciado pelos moradores das favelas do Rio de Janeiro é, em grande medida, devido às atividades especificamente policiais, o que aproxima sua contribuição da tese que pretendemos esboçar neste artigo. Operações militares em favelas cariocas denominadas de “asfixia” se repetiram em 2002, 2003 e 2006 (*idem*, p. 173-174).

serviços públicos e privados nas áreas faveladas e de “gentrificação”¹⁶ de bairros e localidades antes “degradados” do ponto de vista urbanístico e social; e, por outro, uma fala que, estimulando a “formalização” e a expansão de negócios e empreendimentos comerciais, expressa vivamente o “empreendedorismo como ideologia” (Dias e Wetzel, 2010) ou, dito de outro modo, o “par empregabilidade/empreendedorismo” como estratégia de “convencimento ideológico” (Machado da Silva, 2002b) no contexto de gestação e difusão de um “novo espírito do capitalismo” (Boltanski e Chiapello, 2009). E neste movimento de “anexação” de um “território inimigo” por parte das “forças da ordem”, as favelas são retratadas como enfim abertas à visitação pública por parte de turistas nacionais e estrangeiros.

No entanto, é sempre fundamental reforçar que “embora certas populações sejam patologizadas através de vários tipos de práticas de poder/saber, elas não se submetem a essas condições passivamente” (Das e Poole, 2004, p.19). Todo o “movimento de favelados” (Lima, 1989) expressa vivamente o (já aludido) caráter ativo e criativo das margens. Desde seu início, que remonta para a experiência dos parques proletários (como nos lembra Burgos, 1998:28), cuja matriz é o famoso Código de Obras de 1937, passando pela formação de diversas associações de moradores e pela interlocução constante com o poder público (que formatou o que Machado da Silva – 2002 – conceituou como *controle negociado*), os favelados inovaram nas suas formas de organização política e econômica. E são essas inovações (num movimento que Rabossi [2011] chamou de “efeito associativo”¹⁷) que respondem pelo sucesso da

¹⁶ Para uma construção positiva da gentrificação como “renovação urbana”, ver série do jornal “O Globo” (<http://oglobo.globo.com/rio/cidade-em-transe-10548832> - último acesso em 17/01/16); para uma crítica da gentrificação enquanto ideologia e uma reconstrução do seu histórico como fenômeno urbano, avançando em direção a uma “teoria da gentrificação”, ver Smith (2012).

¹⁷ Embora tratando do comércio de rua na Ciudad del Este, o processo histórico de institucionalização da atividade econômica na tríplice fronteira, que Rabossi designa de “efeito associativo”, guarda fortes analogias com a história das favelas cariocas.

“consolidação” (Cavalcanti, 2013) de diversas favelas da cidade, não obstante as poderosas, massacrantes e persistentes investidas do poder público no sentido de erradicá-las completamente do tecido urbano.

Adotando a perspectiva de Das e Poole (o que significa, aqui, assumir que as favelas cariocas podem ser enquadradas teoricamente como espaços de práticas, relações e populações localizados nas margens do Estado brasileiro – nos níveis federal, estadual e municipal) e tomando em consideração este contexto histórico em particular (da cidade, do Estado e do país), proponho a ideia de que o experimento das UPPs vem conformando um *novo cerco* (parafraseando Machado da Silva, 2008) às favelas que se converteram em objeto desta que vem sendo propagandeada como uma política de segurança pública capaz de promover um novíssimo e virtuoso ciclo de “integração” da “cidade partida”. A ideia é mostrar que, atualmente, vem se configurando um *cerco* (à favela e seus moradores) operado, por um lado, pelo tráfico de drogas (e pela linguagem da “violência urbana” que se forma como resposta discursiva ao aumento da sensação de medo e insegurança de que já falamos) e, por outro, pela UPP (na figura de seu comandante e demais membros, incluindo os chamados “soldados de proximidade”). Procuro argumentar que aquele *novo cerco* tem, de um lado, a UPP agindo (tal como os “chefes locais” acima descritos) à margem e em nome da lei (num processo que Foucault [2007, p. 227] chamou de “gestão diferencial dos ilegalismos”) e, de outro, o traficante de drogas enquanto o núcleo central (típico-ideal) de uma ordem social baseada na constante demonstração da força física como meio de estruturação interna e como princípio de articulação das práticas que circunscreve – ambos convivendo no mesmo território numa modalidade de relação substancialmente diferente da que até

então vigorava, já que, evidentemente, o advento das UPPs não inaugura a “presença”¹⁸ da força policial nas áreas de favela da cidade. É essa “nova relação” (ou “nova convivência”) que, conforme argumentamos, *renova o cerco* anteriormente vivido pelos moradores dessas áreas (e descrito e analisado pelo grupo de pesquisa autor da coletânea organizada por Machado da Silva – 2008).

Como podemos ver, a ideia de *cerco* é tanto uma categoria de senso comum e dos agentes das instâncias governamentais e dos “aparelhos privados de hegemonia” (Gramsci, 2002, p.125) quanto um conceito sociológico que busca apreender teoricamente uma configuração social que aquela própria categoria ajuda a constituir. A ideia (extremamente persistente ao longo do tempo) de que as favelas são locais que precisam ser *cercados* (ou, numa chave mais atual, *pacificados*¹⁹) porque *incivilizados*

¹⁸ Como um pequeníssimo exemplo da longevidade desta relação, vale remeter à fala de um morador de um dos coletivos de confiança que formaram parte substantiva do material empírico da coletânea organizada por Machado da Silva (2008): “A polícia aqui, a ‘boca’ ali (...) [os traficantes:] – ‘Leva uma cerveja para os caras lá embaixo.’ – ‘Aí, as cervejas que os caras mandaram para vocês’. [Os policiais] sentaram aqui rindo, olhando as mulheres, rindo, entendeu? E os vagabundos aqui, que tal? É uma convivência. Aí, no outro dia, já tem aquela turma [de policiais] que não ‘fecha’, aí vem o tiroteio e tal” (Machado da Silva e Leite, 2008, p.64).

¹⁹ Embora enraizado numa conjuntura histórica muito particular e original, o “projeto de pacificação de favelas” guarda ressonâncias históricas não apenas com o indigenismo nacional (como argumenta Pacheco de Oliveira, 2014), mas também com a própria história social do fenômeno das favelas cariocas. Este é um ponto que precisaria de muito aprofundamento histórico, mas, para aclará-lo, basta ver 1) que, em 19 de maio de 1926, o *Correio da Manhã*, a respeito dos diferentes arranjos que tiveram de ocorrer entre as autoridades oficiais e os “chefes locais” (numa antecipação dos atuais “donos de morro” – Grillo, 2013) do (então) Morro da Favella por ocasião da visita do poeta futurista Filippo Tommaso Marinetti, escrevia: “A situação evoluiu. As autoridades portaram-se à altura dos acontecimentos. A polícia não podia permanecer em pelotões no morro. Veio uma perfeita situação de entente-cordiale com os mais prestigiosos dungas. As autoridades da zona tacitamente delegavam poderes a esses obedecidos, homens fortes que passaram officiosamente a agir como representantes do commissário [de polícia]. Só assim se resolveu o problema da *pacificação* da favella” (In: Gonçalves, 2013, p.78 – grifo meu); e 2) a crônica (de autoria de João Licino de Miranda, com o título de “A Favella Regenerada” e publicada na *Revista da Semana* de 15 de agosto de 1936) na qual, a respeito de um abaixo-assinado organizado pelos moradores do “morro da Mangueira” solicitando ao “chefe de Polícia do Districto Federal (...) a criação de um posto policial” nos limites da “lendaria Favella” da Mangueira, se exorta (no último parágrafo): “Sr. Chefe de Polícia do Distrito federal: atendei, pois, a essa gente! A Favella quer viver em paz, fazer parte do nosso meio, respeitando ou discutindo conosco as nossas leis, tomando parte nos festejos solemnes das nossas datas históricas, entrando em nossos salões e admirando as nossas artes e os nossos hábitos de povo civilizado! A Favella está *pacificada*, regenerada! Todavia, Sr. Chefe da Segurança do Districto, creado o posto policial no cocoruto do morro, envie para ali, por cautela, homens fortes e decididos: o tigre,

e, nessa medida, constituindo uma ameaça tanto ao Estado e sua institucionalidade (moral e legal) quanto à legítima sociedade civil portadora de direitos e deveres constitucionalmente assegurados representa uma das maneiras (mais dramáticas) através da qual o Estado brasileiro *produz* suas próprias margens – mantendo, porque funcional para sua própria estrutura burocrática e de poder, a precariedade (ou marginalidade) daqueles espaços²⁰. Produzir *um grande cerco de paz* (antes, aos índios – Lima, 1995 – e, hoje, às favelas e à população que abrigam) é, assim, uma *estratégia de guerra* constitutiva de um projeto da *pacificação* que é indissociavelmente *civilizatório* (nos termos da ordem institucional-legal). *Cercar, pacificar e civilizar* constituem a tríade que atualmente se volta para parte das favelas cariocas. E esta estratégia de poder acaba, de fato, por cercar as favelas e seus moradores num sentido preciso de cassação de direitos e liberdades – numa inversão do discurso oficial que constrói a força policial “pacificadora” como a variável central de um processo de “integração” da cidade.

A informalidade nas margens (1): marco teórico.

“A UPP é uma revolução”²¹

Cezar Vasquez

(diretor-superintendente do Sebrae-RJ)

No discurso hegemônico em torno das UPPs, a retórica da formalização de estabelecimentos comerciais em áreas de favela ocupa lugar de grande destaque,

depois de ferido e moribundo, ainda mata três caes de uma dentada” (a crônica completa encontra-se em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_03&PagFis=16199&Pesq=; tomei conhecimento de um fragmento seu, no entanto, no livro de Gonçalves (2013:111).

²⁰ Sobre a manutenção da precariedade (dos espaços de favela) como uma estratégia do poder público, ver Gonçalves (2012, 2013); para uma conceituação deste arranjo por meio da categoria de controle negociado, ver Machado da Silva (2002).

²¹ Cf. <http://oglobo.globo.com/rio/negocios-em-areas-pacificadas-crescem-ate-30-em-5-anos-11009521> (último acesso em 28/12/2015).

informando a atuação de agências específicas do poder público – como o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas)²², a AgeRio (Agência Estadual de Fomento)²³ e o Empresa Bacana, do IPP (Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos da Prefeitura do Rio de Janeiro)²⁴. Trata-se, portanto, de todo um esforço de agências do poder público (ou do Estado, no sentido alargado de Gramsci) no sentido de oferecer crédito e capacitação a pessoas que desejam “abrir”, “formalizar” ou ampliar seu “empreendimento”.

Desde os textos seminais da Missão do Quênia organizada pela OIT (1972) e de Keit Hart (Hart, 1973), a palavra e a ideia da “informalidade” não deixaram mais de povoar o imaginário e o discurso popular, de políticos profissionais e de acadêmicos especializados. Tal como as discussões acadêmicas em torno das “favelas”, aquelas que têm na noção de “informalidade” seu objeto central continuam a crescer e mover grande quantidade de especialistas de diversas áreas de conhecimento, a despeito das teses que

²² O Sebrae, de acordo com seu site, é uma “entidade privada sem fins lucrativos (...) É um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país” (cf. http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos; último acesso em 28/12/2015). Numa reunião pública que participei, realizada no Morro da Babilônia a propósito do estímulo ao turismo naquela favela, uma consultora do Sebrae explicou que a instituição é uma “empresa privada que funciona com recursos públicos”. Para uma análise da instituição, cf. Dias (2012). A instituição figura como um dos parceiros das UPPs: cf. <http://www.upprj.com/index.php/parceiro> (último acesso em 28/12/2015). Ademais, vale a pena conferir como a instituição concebe e projeta sua própria atuação nas “comunidades pacificadas”; entendendo-se como agente da sua “integração produtiva com o restante da cidade”, o Sebrae vê no seu “alto nível de informalidade” e na proporção de um 1/3 da sua juventude que “nem estuda nem trabalha” dois dos seus maiores desafios. Cf.: http://www.sebrae.com.br/uf/rio-de-janeiro/atuacao-ese-setores/empreend_nas_comunidades_pacificadas. (último acesso em 28/12/2015).

²³ Instituição financeira do governo do Estado que apoia iniciativas e projetos econômicos e repassa linhas de crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social); organizou, em fins de 2013, o “Prêmio Empreendedor da Comunidade”, em que “premiou os 13 negócios financiados pelo seu Programa de Microcrédito que mais se destacaram ao longo do ano dentro das comunidades pacificadas do Rio de Janeiro.” Cf. <http://www.sidneyrezende.com/noticia/221073+premio+empreendedor+da+comunidade+vidigal+leva+a+melhor>. (último acesso em 28/12/2015).

²⁴ O programa Empresa Bacana, por sua vez, prevê a formalização de (e o auxílio a) negócios “em áreas identificadas como prioritárias.” Cf. <http://ipprio.rio.rj.gov.br/programas/empresa-bacana> (último acesso em 28/12/2015).

questionam a validade e a legitimidade desta temática de estudo (cf. Cardoso, 2014, p.10).

A “morte” do “quase-conceito” (Machado da Silva, 2002b) da “informalidade” foi decretada por análises que entendiam “o informal” como um “setor da economia” (a incluir desde relações de trabalho “precárias” porque não reguladas pela legislação vigente até atividades econômicas voltadas para a “sobrevivência” dos agentes) fadado a ruir como resultado de um processo irresistível de modernização (em sentido amplo); estas análises, no entanto, desconsideraram que “por mais que o mercado de trabalho se esteja estruturando e formalizando, haverá sempre uma franja, extensa e resistente, de relações sociais e econômicas que continuarão recebendo dos analistas o epíteto de informais” (Cardoso, 2014, p.09).

Mas, o que se deve entender, então, por “informalidade”? Como mostra Cardoso (2013, p.26-7), “a financeirização informacional do capitalismo tornou inteiramente inadequado o campo conceitual derivado da ideia de informalidade”²⁵; mas, para “não jogar a criança fora junto com a água do banho” (Barbosa, 2011), Cardoso mantém a pertinência do termo ao mesmo tempo em que implode a fraqueza da dualidade comumente presente nas definições da “informalidade”. Na sua perspectiva (que é a nossa), a informalidade é, pois, menos um conjunto definido de características que uma fronteira ou, mais precisamente, uma forma social do trabalho que instancia/atualiza (de

²⁵ A ideia, aqui, é a de que a globalização e a financeirização da ordem econômica capitalista atual (erguida sobre as bases das novas tecnologias da informação) forma um sistema que é capaz de extrair recursos de atividades econômicas realizadas em quaisquer lugares do planeta, por mais longínquo e marginal que ele possa parecer (cf. Cardoso, 2013, p.27). Isso quer dizer que o “capitalismo contemporâneo” consiste de “um complexo globalmente integrado composto de ambientes cujos elementos de coordenação têm densidade variável”, de modo que “*nada* está fora do sistema nem isento de seus elementos de coordenação” (*idem*, p.33 – grifo do autor). Ou seja, este complexo é capaz de se apropriar lucrativamente de toda e qualquer (por mais trivial que seja) transação monetária do planeta, seu centro exercendo atração variável de acordo com os locais onde elas são realizadas: “o sistema *inclui a tudo e a todos*, fazendo-o, apenas, de maneira diferente, e certamente desigual” (*idem*, p.36 – grifos do autor).

uma maneira particular e individual) os mesmos meios de coordenação da ação presentes no âmbito do que se costuma designar de “formal” ou “legal”, quais sejam,

o mercado (dinheiro e contratos, isto é, mercado e Estado), o Estado (as leis e instituições que as validam, muito especialmente a polícia e os exércitos), a informação (e suas redes materiais e virtuais de sustentação) e a *sociabilidade* extensa nas redes sociais (Cardoso, 2013, p.21 – grifo do autor).

De maneira particular e individual porque, no “informal” (que não é um “âmbito” ou um “setor”, mas uma *forma social do trabalho*), em comparação com o “formal”, *o mercado regulado e o Estado atuam de maneira mais rarefeita e a informação e a sociabilidade têm papel mais relevante e fundamental*. Nesta forma social do trabalho, assumem protagonismo, como elementos centrais de coordenação das ações, as informações das redes sociais e toda a gama de disposições interpessoais que define o que chamamos de *sociabilidade*, como inveja, confiança, conflito, solidariedade, aliança, amizade etc. (cf. Cardoso, 2014, p.04). Esses elementos, embora presentes num contrato formal de trabalho, estão ali rarefeitos em função do maior adensamento da regulação pública (*idem, ibidem*). Já nas formas sociais informais, tais elementos são sua condição de possibilidade e viabilidade (*idem, ibidem*), pois ocupam o lugar deixado pela rarefação da regulação pública (cf. Cardoso, 2013, p.62-3). Todavia, nada disso significa que o Estado e o mercado, nas zonas mais periféricas da economia, estejam necessariamente ausentes.

O que distingue os ambientes [“formais” e “informais”] é a forma do amálgama dos mecanismos de coordenação. Na periferia, ganham centralidade os elementos típicos da sociabilidade (as relações face a face, as expectativas em relação ao outro, a confiança, a inveja), sem que os demais (o Estado, o mercado e a informação [impessoal]) estejam ausentes (*idem, p.27*).

Isso ocorre da mesma maneira que a informação pessoalizada e as interações típicas da sociabilidade não estão ausentes das áreas mais adensadas de regulação²⁶. Acontece apenas que, nestas áreas, aquilo que é típico das zonas da “economia de coordenação rarefeita” (*idem*, p.41), tem ali não apenas menos centralidade, mas também outra modalidade de atuação. O mesmo vale para o mercado e o Estado no que tange às zonas mais informais da economia. Logo, assim como, em suas margens, o Estado não está ausente, mas com uma modalidade específica e positiva de atuação (no enquadramento de Das e Poole), também nas zonas mais rarefeitas da economia o mercado e a regulação pública não necessariamente estão ausentes, podendo estar singularmente presentes²⁷.

Neste artigo, procuro abordar o problema do desvendamento “dos mecanismos internos de funcionamento das regiões socioeconômicas nas quais a regulação é rarefeita” (*idem*, p.43) a partir *do ponto de vista* das pessoas “em busca de oportunidades de renda” (Cardoso, 2014, p.13); para elas, duas possibilidades se abrem (afora as atividades – juridicamente taxadas como – criminosas): ou buscam inserção ocupacional via assalariamento (não importa se “protegido” ou “precário”) na ordem econômica percebida como de fato é (uma complexa estrutura exógena porque guiada por forças que lhes fogem do controle e que tem barreiras à entrada de novos integrantes e à permanência dos que nela estão) ou *criam* suas próprias condições de inserção

²⁶ Cf. a este respeito, Müller (2005) e Cardoso (2013, p.32-3).

²⁷ Não se trata, aqui, de compatibilizar as teorias do Estado presentes em Das e Poole (2004) e em Cardoso (2013, 2014). Elas convergem em uma série de aspectos, mas em outros se afastam significativamente. Por exemplo, enquanto Das e Poole são mais taxativas na ideia da presença positiva do Estado, Cardoso desenvolve a tese da rarefação (ou mesmo da ausência) do Estado na sua função de regulação das atividades e/ou das relações econômicas (embora nunca do mercado, ao menos no que este termo denota da atual ordem econômica capitalista globalizada e financeirizada). No entanto, Cardoso também trabalha com a ideia da presença diferenciada (em termos relativos) do Estado nas regiões mais periféricas do sistema econômico, como destacamos acima. De todo modo, o que interessa reter é que tratam-se, aqui, de duas teorias úteis e (a nosso ver) indispensáveis para tratar de dois fenômenos distintos: as favelas cariocas, por um lado, e o mercado de trabalho brasileiro, por outro.

ocupacional – dado que “o assalariamento como destino coletivo não está dado para todos” (*idem*, p.15). Via *cidadania regulada* (Santos, 1979), o mundo dos direitos do trabalho, a partir de Vargas, certamente passou a competir com outras utopias (como a comunista, por exemplo)²⁸, mas o fato é que

o ambiente social e econômico em que somos socializados no Brasil é *constituído* pela não universalidade do assalariamento, portanto pela *naturalidade* dos projetos e aspirações de viver por conta própria, por vezes compartilhados por famílias inteiras, ou apenas por parte de seus membros (Cardoso, 2014, p.16 – grifos do autor).

Contudo, estes projetos, aspirações e trajetórias, embora partilhados por grande número de pessoas, são extremamente heterogêneos e potencialmente infinitos em suas possibilidades de configuração. Isto é, “como forma social do trabalho e não um ‘setor’ da economia, a informalidade assume múltiplas configurações” (*idem*, p.05); vejamos um destes casos.

A informalidade nas margens (2): O caso de Miguel.

Miguel tem 37 anos e é nascido e criado na favela Horizonte²⁹. Mantenho contato com Miguel desde que eu trabalhava no programa UPP Social³⁰. Abriu o seu bar em outubro de 2013 e o fechou (praticamente) no mesmo mês do ano seguinte (2014), num espaço central (porque de entrada e de passagem) da favela.

²⁸ A este respeito, ver Cardoso (2010) e, complementarmente, Fischer (2008).

²⁹ Com o intuito de preservação das identidades, os nomes da favela, de seus habitantes e de seus espaços são todos fictícios.

³⁰ Para maiores informações sobre as diretrizes e objetivos do UPP Social, ver Henrique e Ramos (2011); para uma análise da sua execução prática, ver Couto e Lima (2012) e NUNES (2013). Minha experiência de trabalho na Gestão Territorial do programa UPP Social (sediado no Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP) estendeu-se de fevereiro de 2012 a julho de 2013 e foi determinante para minha entrada no campo. No entanto, a despeito da relevância da discussão metodológica acerca do meu “lugar no campo”, deixo-a de lado em função da natural limitação de espaço a que tem de se submeter esta exposição.

A fim de compreender melhor sua experiência como “comerciante” e “empreendedor”, realizei duas entrevistas (em profundidade) com Miguel: uma em julho e outra em dezembro de 2014. Quer dizer, uma enquanto era comerciante e outra quando já tinha fechado seu negócio, que foi aberto em parceria com um amigo estrangeiro (da Itália) radicado no Brasil.

Nas oportunidades que já tive de conversar com Miguel sobre suas percepções acerca da UPP, ele – via de regra – faz uma fala muito angustiada. Diz que já teve embates relativos à organização de eventos e que “o Bonde P³¹ acabou praticamente por causa da UPP”; afirma que antes da UPP ele “pegava autorização no Batalhão, na subprefeitura e na Polícia Civil” e “os vagabundos não encrespavam” – e que “a UPP entra já vem querendo mudar a identidade da comunidade”. Os policiais, para ele, “tinham que fazer um curso de sociologia, de antropologia pra lidar com a comunidade”. Fala com saudosismo de quando o Bonde P organizava festas na favela, de como eram bem dirigidas, da quantidade de vídeos, fotos e registros que há distribuídas entre os membros do grupo – sobretudo com Pedro, um dos fundadores. Sobre seu bar, diz que o inaugurou depois que o prédio em que se localizava o sebo de livros de que era dono (e que funcionava já há muitos anos no centro da cidade) pegou fogo e consumiu toda a sua mercadoria; diz que este foi um grande “baque” e que demorou um tempo pra se recuperar. E que acabou abrindo o bar. Antes de entrevistá-lo pela primeira vez, ele falava que estava “desanimando”, pois “tem muita inveja”³² envolvida (dos outros comerciantes), tem o dono do espaço (em que funciona seu bar)

³¹ A favela conta com alguns “bondes”; o termo é local e usado para designar grupos de jovens (de diferentes denominações) que organizam festas e “eventos” em diferentes espaços da favela, atuando, pois, como produtores culturais locais. Miguel é um dos fundadores de um dos mais antigos destes bondes, que chamamos aqui de “Bonde P”.

³² Seu bar, localizado num ponto central da favela (porque de passagem, isto é, entrada e saída), tinha vasos de planas que delimitavam o espaço “de fora” do bar, ocupado por suas mesas e cadeiras; certa vez, conversando com Miguel nesta área, ele reclama que as plantas estavam mexidas, algumas destruídas, atribuindo isso à “inveja dos outros”. Este elemento surgirá na entrevista, como veremos.

“já querendo aumentar o aluguel” etc. Ele dizia que tem “muita historinha, ladainha de que tem que pagar isso e aquilo” – quando eu pergunto a que se refere esse “pagamento” e ele diz que trata-se de uma “questão interna da comunidade”³³. Sobre o Sebrae, diz que “não quer nem saber” e que, na verdade, “o que os caras querem é atingir uma meta de formalização e meter o pé”. Ainda antes de entrevistá-lo, em outra conversa, ele conta que uma rede de televisão tevê japonesa entrou em contato com ele para fazer uma gravação, “conhecer o morro e tal” e que “ia rolar uma graninha”; ele “topou”. Diz que quando foi encontrar as pessoas “na entrada da comunidade”, alguns policiais o abordaram e perguntaram se ele tinha “autorização pra fazer aquela visita”, ao que ele respondeu que “não tinha que pedir autorização pra isso”; depois de uma discussão, conta ele, acabou que ele subiu com os “visitantes”...

A primeira entrevista que realizei com ele ocorreu no fim da tarde de uma quinta-feira de julho de 2014 no próprio Bar do Largo (como chamaremos o bar de Miguel), no horário de funcionamento; portanto, num local público, de passagem. A segunda ocorreu na parte externa de um equipamento público da favela. Ele já não mais tinha o bar e a conversa ocorreu com menos interferências externas. Abaixo, reconstruo um pouco da sua trajetória com base nestas duas entrevistas e nas discussões anteriores.

Quando questiono acerca do início da sua história como vendedor de livros, ele conta que, completados seus 18 (dezoito) anos, na sua condição (como ele mesmo dirá mais adiante) de “pobre, preto, de favela”, uma vez não tendo conseguido iniciar uma carreira nas Forças Armadas, começa a “caçar emprego”, a “descer o morro pra caçar emprego...”. Desde o início, pela sua idade, o tráfico de drogas está presente na sua

³³ Como explicarei mais abaixo, ele refere-se aqui ao pagamento que o tráfico impõe aos comerciantes do entorno da “Quadra do Largo” (quando da realização de “eventos”) para fins de manutenção e reforma deste espaço. Essa Quadra é um dos mais conhecidos espaços da favela, servindo não apenas para a prática de esportes.

trajetória – através tanto da faticidade da presença de traficantes armados na favela onde nasceu (em 1977, época mesmo em que começam a surgir as facções criminosas do varejo de drogas ilícitas no formato que conhecemos atualmente) quanto da *linguagem* da “violência urbana”, que, reconhecendo os moradores de favela como potencialmente bandidos, os obrigam “a um esforço prévio de ‘limpeza simbólica’ – isto é, a necessidade de demonstrar ser ‘pessoa (ou grupo) de bem’, a fim de ganhar a confiança do Outro” (Machado da Silva, 2008, p.15). Essa barreira logo se colocaria para ele, no início da sua “caça por emprego”.

(...)

Eu: Você tentou ir pro quartel primeiro...?

Miguel: É, como é obrigado, né? Eu me alistei, mas é... Ficamos por excesso de contingente, né? Aí chegou um período que tinha que trabalhar, cara. Fui na rua, entregava currículos, aí sempre, nesse intervalo, eu passava num sebo que um amigo meu trabalhava, entendeu?

Eu: Era teu amigo daqui?

Miguel: Não, ele morava em outro morro. Aí eu passava lá. Bebia uma água. E rotineiramente eu fazia isso. Aí... esse meu amigo que trabalhava lá cara, ele começou a se envolver com o tráfico, entendeu? Começou a se envolver com o tráfico, aí tinha dia que ele ia trabalhar, tinha dia que não ia, né? Aí aconteceu uma fatalidade e ele morreu. Mataram ele lá. O BOPE. Mataram ele lá e eu, como tava caçando emprego, fui lá. Aí conversei com a menina lá. A gerente. Aí ela falou: “olha, mano, o negócio o seguinte, cara: eu to muito decepcionada, assim, apesar de estar triste com o... falou o nome dele lá... fiquei decepcionada porque, assim, eu achei que ele fosse um rapaz tranquilo, mas o cara traficava e tava trabalhando aqui, em tempo de trazer problemas pra cá pra loja, né?” Aí ela foi, nessa história toda, conversou comigo e falou: “olha, cara, o negócio é o seguinte: eu espero que... vou te dar uma oportunidade pra você trabalhar aqui, né? Você está precisando, eu também estou precisando já, ninguém apareceu... mas, espero que você não tenha nenhum envolvimento” e não sei o que e blá blá blá... deu aquele sermão e eu falei: “ah, tudo bem...” (...) e passaram anos e anos...

Miguel fica neste sebo apenas por dois anos, mas sem ter sua carteira de trabalho assinada, o que o deixava fora da cobertura dos direitos trabalhistas. Mas, depois de passar por uma experiência de trabalho de 4 (quatro) meses em uma firma de engenharia (como auxiliar administrativo), Miguel é chamado, pelo antigo “patrão”, para trabalhar em um sebo recém-inaugurado, no Catete, zona sul da cidade. Lá, ele fica por mais 10 anos, mas dessa vez com a formalização de seu vínculo de trabalho. Até que, por “pretensão”, decide ser “dono do próprio nariz”. Foi por ter tido apoio do “patrão” e ter recebido o valor do fundo de garantia que Miguel conseguiu fazer frente ao desafio de abrir seu próprio negócio, o que envolveu – dada a informalidade de seu próprio local de moradia, que não tem reconhecimento oficial por parte do poder público – a necessidade de negociar “mercadorias políticas” (MISSE, 2002, 2009) com representantes do poder público.

(...)

Miguel: Assim, toda a minha vida eu sempre trabalhei com livro, a única coisa que eu fiz nesse intervalo de 4 meses foi trabalhar nessa firma de engenharia, né? Mas, toda a minha vida eu sempre trabalhei com livro, né? E nisso fui aprendendo, fui pegando experiência, chegou um período em que eu achei que estava na hora de eu seguir o meu caminho, entendeu? Conversei com ele, ele super me apoiou, “ah cara, eu acho que tá na hora, acho que você tem que experimentar mesmo”, me deu total apoio, me pagou esse período que eu fiquei de 10 anos lá...

Eu: Seguir o teu caminho que você diz é montar o seu próprio sebo.

Miguel: Era montar o meu próprio sebo, era eu fazer a minha história, né cara? Me deu todo o suporte, de início ele me deu 5 mil livros pra mim começar, né?

Eu: Po, que legal, hein! Ele te deu...

Miguel: É, me deu. Assim, me deu entre aspas, pra mim poder pagar ele aos poucos, né?

Eu: Ah tá. Te vendeu, então.

Miguel: É, me vendeu.

Eu: Em condições mais...

Miguel: Mais suaves, pra mim poder pagar. Aí comecei, cara. Aí comprei uma franquía na Associação Brasileira do Livro. Aí, comecei a fazer essas feiras do livro, né? Aí...

Eu: Aí, você teve que formalizar...? Quando você comprou a franquía, você teve que formalizar o seu negócio...?

Miguel: É, a princípio eu tinha que formalizar tudo antes de comprar a franquia. Tinha que abrir uma firma, ter um CNPJ, ter uma inscrição estadual, ter, sabe? Um lugar fixo pra trabalhar, passar por todo esse processo. Foi uma luta, né? Justamente por conta da burocracia, né? Por onde a gente morar não pagar imposto. Isso tudo acarretou nessa... Nesses problemas pra poder abrir a firma. Mas, enfim eu consegui abrir.

Eu: Aí você conseguiu regularizar tudo certinho.

Miguel: Tudo certinho.

Eu: Aí o dinheiro que você usou pra montar, pra abrir esse negócio foi o dinheiro da rescisão...

Miguel: É, da rescisão, que eu peguei...

Eu: Porque ele assinava a tua carteira...

Miguel: É, ele assinou, ele assinava a minha carteira...

Eu: Dez anos.

Miguel: Dez anos. Peguei fundo de garantia e tudo mais. Aí uma parte dessa grana eu separei pra poder resolver essas pendências com contador, né cara? Pra abrir a empresa. Foi uma grana, porra. Até me dói, assim. É... Aí consegui depois disso tudo aí, comprei a franquia lá.

Eu: Foi muito dinheiro que você teve que despende pra...

Miguel: Foi, cara, na realidade, assim, eu tive que pagar propina, né? Porque, assim, eu moro aqui, eu não pago IPTU aqui e normalmente você tem que, pra você abrir uma firma num endereço, você tem que ter o IPTU do endereço e eu não tenho o IPTU. E, assim, eu tive que pagar propina pros fiscais pra poder conseguir abrir minha empresa aqui nesse meu endereço. Contador, fiscal, cada trabalho que eu fazia, tinha que perder um dinheiro. Uma coisa que era pra ser, sair por mil reais, saiu por, porra, por exemplo, por cinco, seis mil.

Miguel consegue abrir seu próprio negócio, depois dessa luta contra barreiras “burocráticas” que tem a ver com a “marginalidade” do seu local de moradia, com a idade de 31 anos. Depois, numa comparação de suas experiências como vendedor de livros e como dono de bar, ele entende esta necessidade de “formalização” do negócio como o aspecto central da sua maior “complexidade”. Segundo ele, ter um bar

(...) é muito mais prático. Agora, você com uma livraria não. Você tem que fazer um levantamento do que você tem, né? Porque você sempre se perde com um livro ou com outro. Às vezes você esquece de dar baixa em uma coisa ou outra. Então, você sempre tem que tá revisando tudo, cara. É muito complexo, cara. É você lidar com nota fiscal, é você lidar com imposto de renda. Sabe? São muitos encargos, a parte burocrática é mais tensa, né? Muito mais tensa. É pagar contador pra ver isso. É saber se o contador fez aquilo. O contador era justamente pra essa questão burocrática da empresa. Imposto de renda...

Eu: Ver a burocracia de formalização da coisa.

Miguel: Isso, exatamente, exatamente. O contador era pra isso. Aí pagava o contador. Ele fazia essa coisa pra mim, né? Mensalmente.

Eu: Ah, era todo mês.

Miguel: Todo mês.

Eu: Tu tinha que dar uma grana pra ele.

Miguel: Trezentas prata.. Ele via nota fiscal, boleto, tudo, né? Essas coisas todas. Justamente. Mas, era... Você administrar um sebo é muito mais complexo, né cara? Muito mais complexo do que um bar.

Quando da época do seu “passo” em direção da inauguração do seu “próprio negócio”, ele diz que o seu principal impulso subjetivo foi a “pretensão” de “ser dono do próprio nariz”.

(...)

Miguel: Então, a questão do sebo foi... foi pretensão, assim. Na realidade, assim, eu aprendi... eu tinha um pouco a mais, eu queria. Eu falei, “cara, eu acho que eu posso ir mais além, acho que eu posso ser dono do meu próprio nariz”. E eu fui, meu irmão! Fui e com isso eu falei, “opa, a parada deu certo!” Aí eu fiquei pretensioso, eu falei, “não, agora eu vou dar mais um passo”. E a coisa funcionava. E eu... dali comecei, cara. Eu fui pretensioso com isso. Sabe? Essa história do sebo.

Depois de começar como vendedor itinerante por diversas feiras da cidade, Miguel, “pretensioso”, quis dar “mais um passo” e acabou alugando uma sala para guardar os livros e, depois, uma loja para transacioná-los num ponto fixo. Neste processo, também vendia seus livros no portal “Estante Virtual”, contabilizando, assim, três frentes de venda. Essa foi a época em que viveu “o auge da sua vida em matéria financeira”, quando, aos poucos, foi construindo a loja e explorando aquelas três frentes de venda, tendo inclusive que contratar mais duas pessoas pra trabalhar com (ou pra) ele. Até que – em junho de 2013 – ocorreu a fatalidade do incêndio no prédio em que tinha sua loja, o que o deixou profundamente abalado, destruindo todo o seu trabalho até então acumulado.

(...)

Miguel: Aí foi isso, aí dali começou as coisas a andar, cara, foi, assim, foi o auge de minha vida, assim, de... em matéria financeira, de dar uma relaxada mesmo. Ter grana sobrando. Pra poder comer na rua sem preocupação, poder fazer uma viagem. Foi um período... Aí dali fui comprando livro, comprando, comprando, me estruturando legal (...)eu trabalhava sozinho, depois de um período a coisa começou a andar, que eu tive que contratar um rapaz, entendeu? Mas, eu fiz o seguinte com ele, eu fazia contrato de trabalho, de três meses. Em três meses, eu pagava ele. Pagava por semana, na época, acho que uns trezentos reais por semana pra ele. E esse outro que ficava na feira também. Pagava 200 pra cada um, por semana (...)mas, só, também, que eu não fui, não tive sabedoria. Quando eu fechei o contrato, cara, eu não... Assim, a empolgação foi tanta, que eu não pensei nem sequer de fazer um seguro. Né? Pra loja. E aí não fiz. Aquela coisa pilhada com os livros, com as vendas, com tudo, então não fiz isso. Aí acordei, cara, de manhã, mais de trinta ligações no meu telefone. Aí peguei, retornei. Esse cara, o dono do prédio lá, dizendo que a loja, o prédio pegou fogo, meu irmão (...)Eu acordei naquele desespero. Falei, cara! Tomei um banho, cheguei lá, meu irmão. O prédio todo pegando fogo, os meus livros em chamas, o que não tinha pegado fogo, meu irmão, molhou, o bombeiro molhou. Aí, assim. Perdi tudo, cara. A minha vida, a minha história, que eu tinha construído ali, se desfez em questão de, sabe? De minutos. Foi aquele desespero, aquela loucura (...)Aí pegou fogo e eu perdi tudo, cara. Aí, com essa história toda, né? Aí fiquei devendo banco, devendo editora, porque não tinha como pagar mais ninguém (...) Aí foi isso. Perdi tudo, cara. Perdi tudo. Contas vieram. Sabe? Fiquei devendo editora, devendo banco. Devido a, ficou um caos, né? Não tinha dinheiro pra comer. Sabe? Fiquei num estado depressivo, assim, tão grande, não tinha ânimo pra sair de casa. Pra tipo, caramba, cara. O que que eu vou fazer da minha vida... Não sei fazer mais nada.

Eu: É um baque federal...

Miguel: É, meu irmão. Eu falei, o que que eu... Eu não sei fazer mais nada, cara. E, assim, você se adaptar a essa nova realidade, parceiro. Porra...

Eu: Tava acostumado com um padrão de vida...

Miguel: Porra! E aí depois, tu ter que, sabe? Eu chegava em casa e chorava, chorava porque eu não sabia o que fazer, porra. Eu falei, “vou caçar emprego?” Né? Po, tudo bem, até... Mas, não tinha forças pra poder levantar da cama, sabe? Não tinha forças... Aí, chegou um tempo também, eu falei: “o que, meu irmão? Não posso ficar nessa não, cara. Tem sacudir essa poeira aí e dar uma volta por cima.” Aí foi a hora que eu comecei a sair de casa, aí vinha muito ali pro mato [fala uma localidade da favela], ficava ali pensativo, né? Me remoendo com essa história toda. Perguntando os porquês, né?

Foi na sua rede de relações pessoais (acumulada ao longo do tempo) e através dos recursos presentes no seu lugar de moradia que Miguel encontrou os meios para “sacudir e poeira e dar a volta por cima”. Passando pelo espaço (desativado) do bar

localizado ao lado da Quadra do Largo, Miguel teve a ideia de se associar a um amigo (que, sabia Miguel, estava no movimento de abrir um restaurante no bairro em que se encontra a favela Horizonte) e alugar o espaço, buscando para isso apoio da neta do dono do lugar (uma amiga sua).

(...)

Eu: Mas, como é que foi esse início? Você chamou ele e vocês desembolsaram quanto pra abrir...?

Miguel: É, na realidade, assim, eu não tinha nem muito grana... A grana que eu tinha...

Eu: Como é que vocês firmaram essa parceria? Ele fazia o que?

Miguel: Na realidade, ele... Ele tem um Casarão aqui em [nome do bairro] que realmente ele tá fazendo obra lá pra fazer um futuro restaurante, né? Acho que essa história de ele entrar, querer entrar aqui comigo, foi mais pra poder pegar uma experiência, né? De repente ver como é que é o clima disso, sabe? De tá na favela também, de tá se envolvendo com a galera do morro mesmo... Aí ele topou cara. Eu botei, acho que na época, eu botei um barão também, ele botou mil reais, né?

(...)

Miguel: Então, na realidade, assim, eu conversei com a neta do dono ali do bar, que é uma amiga minha, conversei com ela, perguntei...

Eu: Que é moradora daqui.

Miguel: É, moradora daqui do Morro.

Eu: O avô dela também.

Miguel: O avô dela também. Ela, o avô, todo mundo mora aí. Aí eu perguntei: “vem cá Gisele, esse bar aí, como é que tá o esquema?” E ela, “ah, meu avô tá com esse bar parado aí cara, ele queria alugar”. Eu falei, “po, beleza, tem como você intervir pra gente lá? To interessado, quero fazer uma coisa assim, assado”. Ela falou, “ah, tá bom, vamo lá, vou falar com ele, aí vocês...” Aí chegando lá ela entrevistou e ele de bom grado falou, “ah, tudo bem, pode ficar com a loja, me paga xis valor...”

Eu: Qual era o preço?

Miguel: Mil reais. Eu achei muito, né? Mas, aí, eu falei, “ah, cara, vamo ver no que vai dar, né?” Aí me deu três meses pra poder dar o primeiro pagamento. E aí fechamos tudo e...

Eu: Então, você ficou três meses sem pagar. Pra conseguir fazer...

Miguel: Pra dar um movimento no caixa pra poder começar a pagar ele.

Eu: Mas, aí você pagou o retroativo a esses três meses, não?

Miguel: Não, não. Só depois de três meses a gente pagou. E dali começou, cara.

Com mil reais de cada um, Miguel e Leonardo (seu amigo italiano) conseguiram preparar quase tudo para a inauguração do bar – depois de Miguel conseguir, através de uma amiga, um bom cont(r)ato com o dono do espaço para começar a pagar o aluguel apenas depois de três meses. Faltando ainda o principal (para a inauguração), Miguel conseguiu uma saída, de novo, recorrendo a recursos presentes no seu território de moradia. Com o sucesso da iniciativa, Miguel e seu sócio tiveram de contratar ajudantes e começaram, inclusive, a articular a produção de um “evento” no bar (que chamaremos – simplesmente – de “Charme”, pois este era o estilo musical que tocava).

Miguel: Aí juntamos [ele e Leonardo] tudo, compramos. E, assim, a inauguração ia ser em uma semana, daqui uma semana; por exemplo, fizemos tudo hoje e sexta-feira ia inaugurar, mas só que a gente não tinha bebida, cara. Não tinha dinheiro pra comprar bebida, meu irmão. E agora? Aquele desespero. Aí chegamos aqui no depósito de bebida do Danilo, expliquei a situação pra ele...

Eu: Ali embaixo, né?

Miguel: É. E ele, “Miguel, eu te vendo, vou te dar um prazo de sete dias pra você me pagar”. Eu falei, “beleza”. Peguei cinco caixas de brama, cinco de antártica e duas de itaipava, meu irmão. Botamo tudo pra gelar, bunitinho, bla bla bla. Sexta-feira, parceiro, o largo ali entupiu de gente!

(...)

Miguel: Aí na sexta-feira quando abrimos, isso aí ficou entupido, em duas horas eu lembro que acabou tudo, meu irmão. Peixe, cerveja, acabou tudo. Não deu vazão. Porque foi tão, assim, uma expectativa, “Bar do Largo”, po, todo mundo gosta de peixe, todo mundo gosta de um camarão, né? Aqui no morro, porra meu irmão. Aí fizemos isso, a parada começou a andar. Começou a andar. Aí chegamos num nível de ter que fazer evento, mensalmente. Né? Fazer um evento por mês chamado “Charme”. Trouxemos duas vezes até aquela cantora [diz o nome da cantora]. Aí foi isso, cara, aí começou as coisas a andar, aí tivemos que contratar gente pra poder trabalhar, né? Porque não tava dando mais vazão, eu e ele.

Eu: Nesse início, como é que foi? Era só vocês dois...

Miguel: Só eu e ele, meu irmão.

Eu: Mas, vocês não contrataram ninguém pra ajudar. A família não ajudava.

Miguel: Não, era só eu e ele. Mas, aí depois de uma semana tivemos que contratar, cara.

Eu: Logo depois de uma semana.

Miguel: É, aí chamei minha mãe pra ficar na cozinha. Chamei a Priscila pra ficar no caixa. E eu e Leonardo atendendo as pessoas, né? Mas, a coisa foi pegando pique, aí tivemos que chamar mais duas pessoas pra trabalhar, porque a gente não tava...

Eu: Chamou ainda mais outras duas?

Miguel: Mais outras duas, tudo pagando duzentos reais por semana, entendeu?

Eu: E era tudo família?

Miguel: Não, só minha mãe que era família, o resto era tudo gente conhecida nossa, amigos, né? Próximo.

Mas, com esse “sucesso” e iniciativas como esta (de produção de “eventos” e, como veremos, de “visitas guiadas” com “turistas”), inicia-se um processo de desgaste que levará ao fechamento do bar. Para além de um conflito com o dono do estabelecimento (que queria, depois de um ano de funcionamento do bar, aumentar o aluguel de mil para mil e quinhentos reais, gerando um profundo sentimento de injustiça em Miguel), nosso protagonista teve de lidar com as dificuldades na relação com os outros comerciantes e com as duas forças que, como estamos argumentando, compõem o cerco (atual) aos moradores de favelas “pacificadas”: a UPP e o tráfico de drogas. Se uma das causas do sucesso do negócio de Miguel e de seu sócio estava na facilidade que tinham de burlar as taxações legais³⁴, a arbitrariedade presente na relação com o dono do bar (afinal, Miguel não podia recorrer ao sistema formal de administração da justiça...), por outro lado, o ajudou a tomar a decisão de fechá-lo. Talvez (como ainda veremos), caso fosse menos reativo às “investidas de formalização” do Estado representadas pelo Sebrae, Miguel tivesse tido condições de negociar mais firmemente com o dono do estabelecimento.

(...)

³⁴ Como indicado, a experiência de gerir o bar, para Miguel, era extremamente mais simples que a de gerir o sebo porque, neste caso, a necessidade de “formalização” se impunha. No caso do bar, não: “(...) Porque muita comunidade vive sua vida aí tranquila, meu irmão. Imagina, tu não paga luz, não paga água, sabe? Tu vive daqui, meu irmão. Tu não depende basicamente de nada, tu vive daqui, cara. Tu não paga imposto. Tu paga imposto, mas você não paga o imposto que tem que ser pago. De certa forma, isso mexe no bolso do governo. Né? Quanto o governo não perde aí por conta desses comerciante de favela não pagar imposto? Aí eu te falo, quem tem comércio nas favelas quer descer pro asfalto? Ih, imagina! O cara pagar luz, pagar água, pagar funcionário, tá louco rapaz, tá louco, pergunta quem quer ir pra rua aí pra abrir um comércio ali embaixo. Sabe de nada, meu irmão. Só doido, cupadi!”

Miguel: Aí, se passaram um ano, dessa história. Aí o senhor, dono do bar, ele queria aumentar o aluguel, né? Aí comecei num estresse com ele. Porque ele queria um valor que eu achava que não era justo, né? Ele vinha com um argumento dizendo que, “ah, porque os meus netos me mostram que o bar só tá cheio, vejo no facebook, lotado, sempre cheio, sempre cheio”. Aí, assim, esse argumento dele foi foda, eu num... falei, cara, “mas, esse argumento pra tu aumentar o aluguel isso não é argumento, cara, isso não é argumento, po”. Né? “Você me dá um argumento, me dá uma lógica pra tu aumentar o aluguel, aí vamos conversar, agora, isso aí não é argumento. Isso aí não é justificativa pra você aumentar o aluguel”. Aí começou aquele estresse, aquela aporrinhção e nessa história eu fui durante três meses com essa... Mas, assim, também quando chegou num limite.

(interrompe: ele atende o telefone)

Miguel: Aí, essa aporrinhção, eu falei, “cara, quer saber de uma coisa, meu irmão”... falei nada com ninguém, falei “Leonardo, vamos fechar esse bar, parceiro.” Só por causa da arrogância dele. Eu até poderia pagar esse valor que ele tá pedindo aí. Sendo que, assim, eu já acho que pago demais e pagar esse valor eu até poderia pagar, mas por conta da arrogância dele, que ele achava que a gente fosse bater o pé e ficar...

(interrompe: ele atende o telefone)

Miguel: Aí, eu falei, “vamos fechar esse bar, cara, vamos fechar esse bar, porque esse cara tá numa arrogância...”

Eu: E ele queria aumentar pra quanto, Miguel?

Miguel: Mil e quinhentos. Aí eu achei que era muito. Mas, eu poderia pagar, porque tava se vendendo, então, não tinha problema com isso. Aí eu falei que não ia pagar; o que que eu fiz? Leonardo, vamo fechar tudo, mandei todo mundo embora, em uma semana, fechei o bar e tirei tudo, fechei as portas, cheguei nele lá: “aí...” Com a chave, assim. “Toma aqui.” Ele arregalou aqueles olhos: “po, mas tu fechou o bar!”. Eu falei: “não, não quero mais ficar com o teu bar”. E ele, “não, mas vamos conversar, vamos ver, paga esse valor mesmo”. Eu falei, “cara, agora eu não quero mais meu irmão. Agora eu não quero mais ficar no bar”. Porque vai me minando, cara. Essas coisas vai me detonando, assim. Eu fico tão estressado com isso. Aí eu, chega um ponto que eu bato o pé também e não quero. Eu falei: “toma...”.

Mas, antes disso, no processo de inauguração e estabelecimento do bar, Miguel avalia o impacto que sua iniciativa (e de Leonardo) teve no comércio local, nos mostrando como o tráfico se constituía como instância central de mediação das relações entre os comerciantes³⁵.

(...)

³⁵ Esta entrevista não nos mostra muito isso, mas o tráfico é instância de mediação inclusive na regulação da concorrência e no estabelecimento de preços de determinados produtos.

Miguel: (...) rolou muito ciúme, cara! Rolou muito ciúme! Muito problema que eu tive ali, cara.

Eu: É mesmo? Como é que foi isso?

Miguel: De toda hora ter que, sabe? “Ah, porque o Miguel fez isso e fez aquilo.” Aí bertrano vinha me chamar: “po, meu amigo, tá acontecendo isso e isso ali”. Eu falei: “eu, cara? Eu não fiz nada disso, meu irmão...”

Eu: Mas, como assim? Te chamavam pra...

Miguel: É, porque, por exemplo. Eu tinha um espaço que eu delimitei porque eu botava plantas, né?

Eu: Isso, eu lembro...

Miguel: Aí botava as cadeiras ali. Né? Pra criar aquele clima. Aí o tendeiro vizinho falava, assim, que eu estendi pro lado dele. Aí tinha que ir lá na boca de fumo, chegar e ouvir o cara: “po meu irmão, o cara falou isso e isso...”. Eu falei: “Mas, po cara, eu não fiz nada!”

Eu: Mas, o pessoal que vinha falar com você, da boca...

Miguel: É! Isso. Aí, eu, quando chovia tinha que colocar, assim, eu mandava o cliente pra dentro da quadra. Aí já não podia mais botar dentro da quadra. “Ah, a partir de hoje não precisa botar mais pra dentro da quadra não, não quero mais, não sei o que”.

Eu: Você botava mesa lá dentro.

Miguel: É, quando chovia, aí, né? Me barraram. Tudo bem.

Eu: E foi essa galera que te proibiu... da boca.

Miguel: É, porque os tendero ficavam de conversinha fiada neles e eles vinha até mim. Aí chovia, o que que eu fiz? Botei lona. Né? Aí, “ah, a lona, tá ficando feio o morro, não pode mais fazer isso”. Aí eu falei: “vem cá, e quando chover, eu vou fazer o que?” “Ah, dá o seu jeito”. Aí começou, tipo, essas coisas também foram me minando, cara. Porque, criou esse clima de inveja, de ciúmes... né? Mas, os caras às vezes são tão atrasados que não conseguem perceber, né? Que você pode fazer, de repente, melhor do que eu ou igual, cara. Já que eu não consigo, né? Eu não tenho o pensamento pra poder ultrapassar ele, então eu vou me igualar a ele. Ele tem o que? Tem máquina? Vou botar uma máquina. Ele tem uma tevê? Vou botar uma tevê. Ele tem um banheiro decente? Vou botar um banheiro decente. Né? Mas, eles não. Eles ficavam tentando, de certa forma, através de terceiros, me minar. Sabe? Mas, eu sempre conseguia fugir pela tangente, né?

(...)

Eu: Esses conflitos que você tinha com os outros comerciantes sempre tinha essa intermediação do tráfico?

Miguel: É, sempre! Ninguém nunca chegava direto pra você e falava, “ó, meu irmão, acho você um filho da puta, você tá me atrasando...”

Assim, é outra coisa que isso me incomoda, cara. Porra, essas porras nem parece que é homem, cara. Os cara velho, vem... Cara, se eu estiver insatisfeito com você, eu não vou usar ninguém pra poder falar isso pra tu, meu irmão. Vou chegar pra ele, “ó, fulano, eu acho que você é um filho da puta, tu não presta...” Pronto, agora, usar terceiros pra poder te atingir, po?

Eu: E isso era sempre?

Miguel: Ah, sempre! Uma putaria do caramba. Isso me incomoda pra caramba. Uma viadagem, morô? Aí sempre tinha terceiros. Aí tinha que lidar com vagabundo e quando não era vagabundo era polícia e, sabe? Essas energias pesadas? Isso também vai enchendo o saco, né? Chega uma hora que você, po, cara...

A relação com a UPP, para além daquela (que lhe era imposta) com o tráfico, também era motivo de desgaste, o que se mostra tanto no caso (acima referido) da rede de televisão japonesa quanto nas negociações para produzir o seu evento de “Charme” (sem contar com as tentativas frustradas que Miguel, na qualidade de membro fundador do “Bonde do P”, teve de tentar negociar com a UPP a “liberação” para realização dos bailes organizados pelo “bonde”).

(...)

Miguel: É, isso é uma coisa que também me incomodava muito, que me incomodava e me incomoda, né cara? Assim, eu, na minha própria casa, ter que pedir autorização pra poder fazer qualquer coisa, né? É o cúmulo do absurdo, mas, enfim, eles [a UPP] são o Estado, eles são a força maior, eles podem fazer o que eles quiserem que tá tudo certo... Aí peguei essa galera de uma tevê japonesa, que queria fazer um tour, ver os pontos do morro, aí peguei, aí...

Eu: Você conheceu eles como?

Miguel: Na realidade, veio uma senhora aqui, de nome de Nancir, dizendo que queria passear no morro, que queria trazer os amigos dela aqui, como eu ficava sempre na entrada ali, então eles sempre chegavam até mim; e aí eu: “ah, então vamo, não tem problema nenhum com isso”. Aí chegou ela com a equipe dela, aí veio um soldado e um cabo. “Você tá passando com eles no morro aí, mas o capitão sabe? Você tem autorização?” Eu falei: “Mas, como assim, cara? Autorização pra passear na minha casa?” “Ah, não, mas porque...” Aí começou aquele papo chato, né? Eu também não dei muita importância, acabou que eu “ah, vou falar daqui a pouco” e saí pela tangente e fui embora. E, assim, evento no bar tinha que pedir autorização. Qualquer coisa que se fazia, que se faz, tem que, né? Nem é comunicar. É pedir autorização. Se eles autorizar bem, se não...

Eu: E como é que era esse procedimento?

Miguel: Assim, tem que chegar no container, né? E procurar o oficial do dia e explicar que você vai fazer um evento, ou que vai receber alguém, tem que ser acho que um mês de antecedência, sabe? Se for depois disso não pode. Uma coisa meio chata, cara. Meio chata. Entendeu? É isso, tinha sempre que fazer isso.

Eu: Mas, você teve alguma negativa, assim, de não autorizar?

Miguel: Ué, várias vezes. Eu tive um até que eu fiquei com desavença com ele, pegou até pinimba acho que meio pessoal também, esse Otávio, né? O primeiro [comandante da UPP]. E aqui eu sempre... e, assim, depois que eu tive bar também eu tive que ser um pouco mais flexível porque eu sempre tava questionando, batendo de frente e isso tava me minando, e eu falei, “cara, eu tenho que dar uma relaxada porque senão eu vou acabar ficando doente, entendeu?” E eu, quando

tinha que falar alguma coisa, já ia neutralizado pra não receber aquelas energias pesadas, né? Então, eu chegava lá: “pode?” “Não pode?” “Ah, tá bom, não pode tá bom...”. E quando não podia, o pessoal chegava lá e eu falava “oh, não pode porque o capitão lá não liberou, po. Não posso fazer porque o Otávio não liberou, vai lá falar com ele”. Sempre jogava na conta deles e realmente era fato.

Eu: Realmente era isso. Mas, você conseguia também, às vezes autorizava e às vezes não autorizava.

Miguel: É as vezes não, era aleatório, tinha que pegar o humor desses caras...

Eu: Então, você tinha que lidar com essas coisas com a UPP e também com...

Miguel: É, com o outro lado [o tráfico], né?

(...)

Miguel: Aí recebia as pessoas de fora, pra poder passear, tinha que comunicar também, ah isso é um pouco chato, né cara? Essas burocracias internas, isso impede muito o progresso daqui, cara. Daqui e de qualquer outra comunidade, assim.

Eu: Pra passear com o pessoal você tinha que pegar autorização dos dois lados [polícia e tráfico]?

Miguel: Também. Dos dois lados. Comunicar tudo.

Eu: Como é que era isso?

Miguel: Ué, tinha que chegar aqui, avisar que os turistas iam fazer um tour no morro e chegar na outra parte e falar “oh, vou chegar com um pessoal aqui pra passear no morro”. Entendeu? Era isso. Então, com essas coisas aí no caminho. Essas coisas todas, né cara? Chatice, né? Aí tinha dias que o outro lado tava mal humorado, “ah, hoje não pode não, hoje não quero.” Pô, aí tinha essas coisas todas, né? Foda, né? Aí foi isso, isso aí...

(...)

Miguel: É! Tô cansado, meu irmão. Tô cansado de vagabundo, cansado de polícia, cansado desse clima aí de morro mesmo, sabe? Acho que essa galera não evoluiu muito não, sabe? Assim, eu vivo me questionando com isso também, né? Da minha juventude pra cá, o progresso aqui na comunidade chegou. Sabe? O progresso estrutural, né? De infra-estrutura, até mesmo de qualidade de vida. Isso aí, po, mudou pra caramba, cara. Mas, a galera, a pessoa mesmo não evoluiu nada, meu irmão. Essa galera tá tudo atrasado, meu irmão. Essa galera do morro aí tá tudo, entendeu? To dizendo aqui no [nome da favela], tá? Aqui, meu irmão... o povo tá com a mente atrofiada, cara. Não sei o que que acontece, cara. Oportunidades aparecem, ninguém abraça. A gente tá com aquela mesma cabeça de antes, sabe? Os caras não crescem... Isso me incomoda, meu irmão. Assim, eu to... agora, assim, eu seleciono, são poucas pessoas que eu consigo conversar, ter um papo maneiro, contado a dedo. O resto eu falo assim: “e aí? Valeu, valeu...” E saio porque eu não consigo mais trocar ideia, cara, não consigo mais, não consigo compreender o linguajar, não consigo compreender a ideia, o papo, não consigo alcançar mais isso, não sei qual é cara, não sei se sou que to... sei lá, meu irmão, atrasado demais ou crescido demais, não sei. Mas, não consigo mais trocar ideia com essa galera não. São poucos assim que eu posso botar no dedo de tomar uma cerveja, conversar, o resto não rola, não dá mais.

Eu: E esse atraso que você vê...

Miguel: É, de recorrer a terceiros, de ser, de se deixar manipular também, acho essa galera muito manipulada, né? Assim, a internet tá aí, o progresso tá aí, a evolução tá aí... E a galera, tipo, tá atrasada, meu irmão, tá atrasada no tempo, tá parada no tempo... É isso, pararam no tempo, as coisas estão acontecendo e tá todo mundo parado no tempo. Deixa se manipular, não tem opinião própria, acho que é uma diarreia mental mesmo...

Essa espécie de *cercos* que UPP, por um lado, e tráfico de drogas, por outro, operava na experiência de vida de Miguel (como simples morador e também como comerciante e produtor cultural) foi crucial para impulsionar seu desestímulo à frente do negócio que iniciou ao lado de Leonardo – para além da percepção de que o dono estava sendo injusto e injustificado na tentativa de aumentar o aluguel do espaço. No entanto, o seu processo de fechar o bar não teve o mesmo impacto subjetivo produzido pelo incêndio que consumiu sua loja de livros: “vou te falar de coração, cara: nada mais me abala, meu irmão. Depois desse baque [do incêndio] que eu tive aí, que a casca ficou grossa, nada mais me abala.”

A experiência do Estado que Miguel teve na condição de dono de bar e de membro de um coletivo organizador de festas e eventos (bailes funk incluídos), portanto, é de desconfiança e arbitrariedade. Isso fica ainda mais claro na sua relação com os agentes do Sebrae que o procuraram para fins de formalização do seu negócio. Nas margens do Estado (como sugerem Das e Poole) ou em ambientes de “regulação rarefeita” (como argumenta Cardoso), por um lado, “(...) o Estado é constantemente tanto experienciado quando desfeito através da *ilegibilidade* de suas próprias práticas, documentos e palavras” (Das e Poole, 2004, p.10 – grifo das autoras)³⁶ e, por outro,

³⁶ Neste ponto, as autoras desenvolvem uma argumentação muito interessante acerca do modo como o Estado, nas suas margens, é percebido e vivenciado, sugerindo que a maneira própria de o Estado representar seus súditos como dados mais à paixão que à razão (Das e Poole, 2004, p.25) acaba retornando a ele por meio de rumores e suspeições acerca das “reais intenções” do Estado “no estabelecimento de políticas que envolvem o corpo, a sexualidade e a reprodução” (*idem*, p.24) – de modo que o estado é visto como falso, incognoscível e, de variadas formas, o espaço no qual o estranho e o excepcional são experienciados (*idem, ibidem*).

o Estado será sempre uma ameaça, porque a rarefação da regulação se acompanha de rarefação de zelo pelo respeito à lei, que, quando é empregado, é na forma da repressão pura e simples, quase sempre violenta, o que pode impedir que um ou outro agente desse mundo rarefeito cumpra os “contratos” (Cardoso, 2013, p.31).

A reação e a percepção de Miguel acerca das tentativas de o Estado formalizar a atividade econômica no espaço da favela expressam essa faceta do Estado (na sua rarefação e nas suas margens). Numa modalidade de interação possível, o Estado, portanto, é visto como um ente poderoso capaz de dissolver configurações informais inteiras. Aqui, “o Estado, por seu lado, está presente, muitas vezes, na forma da polícia e dos órgãos reguladores e fiscalizadores, com suas práticas mais ou menos corruptas, mais ou menos violentas, e o Estado é, em geral, um agente *de que se quer distância*” (Cardoso, 2014, p.04 – grifos do autor).

Eu: E você teve alguma ligação com alguma instituição de apoio aqui, Miguel? Como comerciante? Essa coisa de Sebrae ou então Agerio...?

Miguel: Então, cara, a questão, olha, tem um problema muito sério, assim, em relação a Sebrae, porque, assim, eu vi que vinha uma galera aí oferecer serviço, mas a intenção deles era o que? Fazer que os comerciantes abrissem um CNPJ, sabe? A intenção deles era pro comerciante abrir o CNPJ. Mas, cadê o apoio, né? Que eles diziam que ia ter, cadê a palestra? Cadê a visita do camarada aqui pra saber como é que estão as coisas? Não tinha issol, não tinha...

Eu: Como foi esse processo?

Miguel: Olha, nesse período que eu tô aqui, esse período que eu tô aqui, já vieram três pessoas do Sebrae aqui me oferecer, “ah, vamo abrir uma...”

Eu: Te oferecer o quê?

Miguel: Na realidade era assim, “olha, a gente tá na comunidade oferecendo oportunidade pra vocês serem empreendedor, não sei o que e bla bla bla bla bla bla, vocês vão abrir um CNPJ, vão ter direito a um crédito, vão no banco pegar um empréstimo” Olha só: já enchendo os olhos do povo de... fala em empréstimo, “po, vou tirar um CNPJ e vou poder pegar sete mil no banco”... “Sete mil?!”

Eu: Eles falam esse valor...?

Miguel: É... “sete mil?! Vou abrir agora, eu abro aqui!” Tem vários aqui no Morro fudido por causa dessa história de CNPJ, de abrir CNPJ e pegar empréstimo no banco, imagina, você não tem uma informação, você abrir um CNPJ, vou pegar empréstimo de sete mil

no banco. E aí? Eu vou fazer o que com esse sete mil? Vou comprar mercadoria lá no bar? Que que eu vou fazer com esse dinheiro, meu irmão? Não tem essa informação, cara. A intenção dos cara aqui é tirar CNPJ, agora eu te falo, um por quê tem, qual é esse por quê? Tu sabe? Nem eu. Com que intuito o governo quer que a comunidade tire o CNPJ e o comerciante tire o CNPJ? Alguma coisa tem, meu irmão. Eu não sei o que é. Mas, alguma tem por trás disso. Por quê? Pra arrecadar imposto? É isso? Pode ser. Não é? Porque muita comunidade vive sua vida aí tranquila, meu irmão. Imagina, tu não paga luz, não paga água, sabe? Tu vive daqui, meu irmão. Tu não depende basicamente de nada, tu vive daqui, cara. Tu não paga imposto. Tu paga imposto, mas você não paga o imposto que tem que ser pago. De certa forma, isso mexe no bolso do governo. Né? Quanto o governo não perde aí por conta desses comerciante de favela não pagar imposto? Aí eu te falo, quem tem comércio nas favelas quer descer pro asfalto? Ih, imagina! O cara pagar luz, pagar água, pagar funcionário, tá louco rapaz, tá louco, pergunta quem quer ir pra rua aí pra abrir um comércio ali embaixo. Sabe de nada, meu irmão. Só doido, cupadi!

Eu: E eles vieram aqui você chegou a...?

Miguel: Nada, já peguei a onda deles já! (...) Aí, eu percebi a malandragem dos caras, já detectei logo. “Então, vamo fazer, vamo fazer!” Eu falei “não, vou fazer o que...” Eu nunca faço nada de cara eu... Falou qualquer coisa comigo, eu vou pegar e vou analisar, meu irmão. Vou estudar tudo. Pode ter certeza. Aí eu falei, “po beleza”, como eu já conhecia, “você vão oferecer um curso?” E o cara, “não! nós vamos oferecer um curso, uma palestra, dia tal” Tu apareceu? Não... Aí eu comecei a maldar essa história, né? Meu cumpadre tirou o CNPJ e pegou esse empréstimo, sem orientação nenhuma, pegou o empréstimo, o que que ele fez com o dinheiro? Meteu o pau no dinheiro. Comprou hambúrguer pra caramba, comprou pão pra caramba, suco pra caramba.

Eu: Teu cumpadre é comerciante aqui?

Miguel: É, é comerciante.

Eu: De onde?

Miguel: Lá no Alto, tem uma lanchonete. Aí comprou tudo demais. Refrigerante pra caramba, guaravita pra caramba, pão à beça, hambúrguer. Sendo que, po, comércio, tem dia que tá em alta, tem dia que tá em baixa, meu irmão. Resumindo: teve pão que estragou, carne que estragou, guaravita que passou da validade. Dinheiro jogado fora. Por quê? Porque não teve orientação, po. Não teve orientação.

Eu: E você conhece outros casos desse, de pessoas que pegaram esse empréstimo...?

Miguel: Olha ali, ali! [ele aponta pro comerciante ao lado dele]. Pegou um empréstimo, tá todo fudido.

Eu: Aqui do lado?

Miguel: É, tá todo fudido, tá enrolado.

Eu: E vem junto uma coisa com a outra? Abrir o CNPJ com o Sebrae e pegar um empréstimo com o banco?

Miguel: Automaticamente já te indicam um banco, não sei se tem um esqueminha também nesse negócio aí, porque o cara já fala “vamo lá, tem um gerente assim, assado, que vai te atender.” Eu não sei se tem uma porcentagem, se cada um leva uma porcentagem, entendeu?

Alguma coisa tem meu irmão, alguma coisa tem, só não enxerga quem não quer ver, entendeu?

Eu: Você conhece mais algum outro comerciante que também fez essa formalização, entre aspas...?

Miguel: Cara, a maioria aqui no Morro fez, po. O cara da padaria, o cara da padaria, se for na padaria...

Eu: Sei, a padaria ali em cima da associação.

Miguel: É, ele fez, pegou um empréstimo também, tá todo fudido, tá todo enrolado, meu irmão, tá todo enrolado. Isso das pessoas que eu sei, fora as pessoas que eu não sei, cara. Mas se você buscar aí no Morro, aí, meu irmão. O que vem de instituição oferecer empréstimo aqui, “vamo pegar empréstimo, vamo pegar”, é inacreditável, parceiro; em guerra anunciada, só morre quem quer. Vou dar mole pra esses caras? Eu conheço a malandragem desse povo, rapaz.

Eu: Além do Sebrae, veio alguma outra instituição assim?

Miguel: Ah, sempre tem, sempre aparece um outro oferecendo um serviço aí de empréstimo, de não sei o que, juros a, juros de 1%, isso é tudo esqueminha, tudo esquema. Entendeu? Tudo esqueminha, mas aí, só cai quem é bobo, eu não vou dar mole pra esses caras.

Outros partilham desse “medo” com relação ao que pode “estar por detrás” das estratégias de “formalização” por parte do poder público. Há um comerciante de uma pequena “birosca” na parte superior do morro que ficou extremamente receoso, inclusive, em me dar a entrevista – com medo de que minha pesquisa pudesse ter a ver com alguma agência de fiscalização. Contudo, essas percepções não são necessariamente hegemônicas. Como venho vendo em entrevistas com outros comerciantes, o Sebrae (e a ideia da “formalização” de uma maneira geral) também têm uma boa recepção – mas, dado o caráter ainda inicial dessa dimensão do trabalho do campo, ainda é cedo para qualquer generalização ou consideração mais conclusiva. O próprio Miguel não é de todo “contra a formalização”.

Miguel: Exatamente, eu acho que você se formalizar é até normal, cara. Eu não vejo problema... é que, assim...

Eu: Você vê vantagens nesse processo de formalização?

Miguel: Claro, eu acho que é bacana, porque, assim, você tem cartas brancas pra poder fazer qualquer comércio, né cara? Você é reconhecido, sabe? Quando você tá credencializado, você tá... Mas, da forma com que eles chegavam que era chato, né cara? “Ah, vamo fazer isso aqui e você pode ir lá banco, pegar dinheiro...” Porra, não é assim. Você tem que instruir o cara. Você tem que dar informação decente, correta pro cara. Não é simplesmente mandar ele abrir um

MEI e falar que está tudo certo. Porra, não é assim, né? Quantos aí não se fuderam com essa história aí, meu irmão? Tem vários aí, po... Assim, a gente se faz de bobo pra sobreviver, mas de bobo mesmo a gente só tem a cara.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procurei – a partir de um caso em particular – elaborar um tratamento do problema da *informalidade* no mercado de trabalho brasileiro (como “forma social do trabalho”, no marco teórico proposto por Cardoso – 2013, 2014) no contexto de um *novo cerco* que o experimento das UPPs, ao lado da ordem social da “socialidade criminal” (Grillo, 2013), constrói contra uma parcela das favelas cariocas, entendidas como *margens urbanas* do Estado brasileiro. O caso de Miguel nos parece, neste sentido, exemplar. Não apenas pela sua experiência do Estado (através, por exemplo, da UPP e do Sebrae) e com a convivência forçada com o tráfico de drogas, mas também por trazer à tona, ainda que dentro de um contexto específico, diversos aspectos das atividades econômicas definidoras de regiões econômicas informais. Sua trajetória ilustra o quanto, em ambientes de regulação rarefeita, os laços pessoais e familiares tornam-se mais densos, convertendo-se no elemento central de coordenação das ações e estratégias. Ilustra, igualmente, a importância dos recursos do território na conformação dos negócios típicos daqueles ambientes, pois o comércio de Miguel só pode estabelecer-se (ainda que por curto período de tempo) em função das especificidades do seu local de moradia, no qual construiu as relações por ele acionadas num momento de dificuldade (cf. Cardoso, 2013, p.66-7). Assim, sua trajetória nos ajuda a desvendar alguns dos mecanismos de funcionamento da informalidade no contexto específico de favelas convertidas em objeto do experimento das UPPs.

No entanto, por apoiar-se em apenas uma entrevista, o trabalho é necessariamente inconcluso, abrindo mais questões do que é capaz de responder. Outras

entrevistas, análises e etnografias precisam ser feitas para que possamos ser capazes de produzir um retrato mais completo do ambiente da regulação rarefeita no contexto de margens urbanas do Estado numa época de “pacificação”. Mas, a aposta teórica e etnográfica nos parece profícua e capaz de abrir questões pertinentes e produzir respostas elucidativas sobre temáticas fundamentais da nossa sociabilidade urbana.

REFERÊNCIAS

- ALVITO, Marcos. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- _____. *Um bicho-de-sete-cabeças*. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho*. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (orgs.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.
- BIRMAN, Patrícia. *Favela é comunidade?* In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.
- BITTENCOURT, Danielle Lopes. *O morro é do povo: memórias e experiências de mobilizações em favelas cariocas*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2012.
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2001.
- BRUM, Mario Sergio. *Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos*. O Social em Questão – Ano XVI - nº 29 – 2013; pg 179-208.
- BURGOS, Marcelo Baumann. *Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*, In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- _____. *A utopia da comunidade*, Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2002.

_____. *Cidade, territórios e cidadania*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 1, pp. 189 a 222. 2005.

_____; et alii. *O Efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas*. Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 11, ago/dez, pp. 49-98. 2011.

_____. *Favela: uma forma de luta pelo direito à cidade*. In: MACHADO DA SILVA et alii (orgs). *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade dos muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2003.

CANO, Ignácio et alii. *‘Os donos do morro’: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública em cooperação com o Laboratório de Análise da Violência – (LAV-UERJ). 2012.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*.

_____. *Ensaio de Sociologia do Mercado de Trabalho Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2013.

_____. *Informalidade como forma social do trabalho: uma proposta teórica e algumas implicações empíricas*. Apresentado no XXXII Congresso da Latin American Studies Association (LASA); Chicago, 21-24 de Maio de 2014.

_____; PRÉTECEILLE, Edmond. *Río de Janeiro y São Paulo: ciudades duales? Comparación con Paris*. Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales. , v. XL, p.617 - 640. 2008.

CARVALHO, Monique Batista. *A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura*. O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 - 2013.

CAVALCANTI, Mariana. *À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da “PACificação”*. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 6 - nº 2 - ABR/MAI/JUN 2013 - pp. 191-228.

CEFAÏ, Daniel; VEIGA, Felipe Berocan; MOTA, Fábio Reis. *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. In: CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco Antonio da Silva; VEIGA, Felipe Berocan; MOTA, Fábio Reis (orgs.). *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.

CHATERJEE, Partha. *Colonialismo, Modernidade e Política*. Salvador – Bahia, EDUFBA: 2004.

COUTO, Maria Isabel Macdowel e LIMA, Raquel Guilherme de. *A UPP Social e a lógica do Vamos Combinar: um estudo de caso da nova política pública do município do Rio de Janeiro*. Trabalho preparado para su presentación en el VI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Quito, 12 al 14 de junio de 2012.

COSTA, Nelson Barros. *Contribuições do marxismo para uma teoria crítica da linguagem*. D.E.L.T.A., Vol. 16, N. 1, 2000 (27-54).

DAS, Veena; POOLE, Deborah. “State and Its Margins. Comparative Ethnographies”. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). *Anthropology in the Margins of the State*. School of American Research advanced seminar series. 2004.

DIAS, Vanessa; WETZEL, Ursula. *Empreendedorismo como ideologia: análise do enfoque da revista Exame em dez anos de publicação (1990-99)*. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, Volume 44, Número 1, p. 97-118, Abril de 2010.

FARIAS, Juliana. *Quando a exceção vira regra: os favelados como população “matável” e sua luta por sobrevivência*. TEORIA e SOCIEDADE nº 15.2 – julho-dezembro de 2007 p. 138-171.

_____. “Da asfixia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas”, in: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

FISCHER, Brodwyn. *A Poverty of Rights: citizenship and inequality in twentiethcentury Rio de Janeiro*. Stanford: Stanford University Press, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª ed. 1979.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GALIZA, Marcelo; GONZALEZ, Roberto; SILVA, Sandro. *Debatendo a dicotomia forma/informal: em busca de uma interpretação sistêmica do mercado de trabalho brasileiro*. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (orgs.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

GIDDENS, Anthony. *Novas regras do método sociológico. Uma crítica positiva das sociologias contemporâneas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GONÇALVES, Rafael Soares. *O mercado de aluguel nas favelas cariocas e sua regularização numa perspectiva histórica*. GEOgraphia, Vol. 13, No 26 (2011).

_____. *Favelas do Rio de Janeiro. História e direito*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2013.

_____; MAGALHÃES, Alex Ferreira; SIMÕES, Soraya Silveira. *Apresentação. Grandes eventos, múltiplos impactos, grandes mobilizações*. O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 – 2013b.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere / Volume III: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HART, Keith. *Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana*. The Journal of Modern African Studies, Vol. 11, No. 1 (Mar., 1973), pp. 61-89.

HENRIQUES, Ricardo. *Entrevista*, in: *Cadernos do ISER: Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões*. Rio de Janeiro: ISER, n.67, ano 31, 2012.

_____; RAMOS, Silvia. *UPPs Social: ações para a consolidação da pacificação*. 2011. Disponível em:

<http://www.ie.ufrj.br/datacenter/ie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto3008.pdf>.

LA BARRE, Jorge de. *Choque de futuro: o Rio dos megaeventos*. O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 - 2013pg 43-68.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LEITE, Márcia Pereira. *Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro*. RBCS Vol. 15 no 44 outubro/2000.

_____. *Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro*. Rev. Bras. Segur. Pública. São Paulo v. 6, n. 2, 374-389 Ago/Set 2012, pp. 374-388.

_____. *Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro*. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 - no 4 - OUT/NOV/DEZ 2014 - pp. 625-642.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LIMA, Nísia Trindade. *O Movimento de Favelados do Rio de Janeiro: políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ. 1989.

_____; HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitaria da Primeira República*. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *A política na favela*, in: Cadernos Brasileiros, ano IX, n.41, maio/junho, 1967.

_____. *Violência urbana: representação de uma ordem social*. In: E.P. Nascimento e I.A.F. Barreira (orgs.). *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

_____. *Violência e sociabilidade: tendências da atual conjuntura urbana brasileira*. In: L. C. Ribeiro e O. Santos Jr (orgs), *Globalização, fragmentação e reforma urbana. O futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994.

_____. *Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 13, p. 115-124, nov. 1999.

_____. *A continuidade do “problema da favela”*, in: Oliveira, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CNPq, 2002.

_____. *Da informalidade à empregabilidade (reorganizado a dominação no mundo do trabalho)*. CADERNO CRH, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002b.

_____. *Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas*. , in: *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: IBASE, 2004.

_____. *Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004b.

_____. *Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade violenta no Brasil urbano*, In: L. C. Q. Ribeiro (org.), *Metrópoles: Entre a Cooperação e o Conflito*. São Paulo e Rio de Janeiro, Perseu Abramo / FASE, 291--315. 2004c.

_____. *Introdução*, in: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008a.

_____. *Apontamentos metodológicos*, in: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008b.

_____. *Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública*, in: Machado da Silva, Luiz Antônio (org). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008c.

_____. *Afinal, qual é a das UPPs?* Disponível em: http://www.observatoriodasmegropoles.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf; 2010.

_____. *“Violência urbana”, segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro atual*. Cad. CRH vol.23 no.59 Salvador May/Aug. 2010b.

_____. *Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira*. Etnográfica. Fevereiro de 2011, 15 (1): 67-82. 2011.

_____. *Uma vida e uma obra dedicadas à favela e às ciências sociais. Entrevista comemorativa de 70 anos de Luiz Antônio Machado da Silva*. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 4 - nº 4 - OUT/NOV/DEZ 2011 – pp. 663-698; 2011b.

_____. *A partir do relatório SAGMACS: as favelas, ontem e hoje*. In: MELLO, Marco Antonio da Silva [et. al]. *Favelas Cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

_____. *As UPPs, a linguagem da violência urbana e a sociabilidade no Rio de Janeiro*. In: SANTOS, Angela Moulin S. Penalva, MARAFON, Glaucio José, SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel (orgs.). *Rio de Janeiro: um território em mutação*. Rio de Janeiro: Gramma: FAPERJ, 2012b.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio e LEITE, Márcia Pereira. *Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas*, in: IBASE. *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: IBASE, 2004.

_____. *Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?*, in: Machado da Silva, Luiz Antônio (org). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

MAGALHÃES, Alexandre Almeida de. *Transformações no “problema favela” e a reatualização das remoções no Rio de Janeiro*. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pelo IESP-UERJ, 2013.

MENDOZA, Edgar S. G. *Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950)*. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jun/dez 2005, p. 440-470.

MISSE, Michel. *Rio como um Bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política*. Insight Inteligência. Rio de Janeiro: v. 3, n.5, 2002, p.12-16.

_____. *Trocas ilícitas e mercadorias políticas*. Anuário Antropológico, no. 2, 2009, pp. 89-107.

MOTTA, Marly Silva da. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MÜLLER, Lúcia Helena A. *Livre Mercado*. Civitas (Porto Alegre), V.3, p.301 – 326, 2003.

_____. *Caminhos e sentidos da informação no mercado de ações*. Política e Sociedade: revista de Sociologia Política (UFSC), v.6, p.133 – 164, 2005.

NUNES, Joana Marie G. F. *Formulação e implementação da UPP social carioca: os desafios de transformar ideias em práticas*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

NUNES, Guida. *Favela – Resistência pelo direito de viver*. Petrópolis: Vozes, 1980.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. “Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização”. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (orgs.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios*. MANA 20(1): 125-161, 2014.

PANDOLFI, Dulce e GRYNSPAN, Mario. *Poder Público e Favelas: uma relação delicada*, in: Oliveira Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CNPq, 2002.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PESTANA, Marco Marques. *A União dos Trabalhadores Favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas (1954-1964)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense. 2013.

RABOSSI, Fernando. *Negociações, associações e monopólios: a política de rua em Ciudad del Este (Paraguai)*. Etnográfica, fevereiro de 2011. 15 (1): 83 – 107.

_____. *Etnografando la bolsa de valores: São Paulo, 1993*. Desacatos, n. 44, CIESAS, México 2014. Dossê “Las deudas de los oprimidos em el imperio de la liquidez”.

REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. *Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política*. In: MESSEDER, Carlos Alberto et alii (orgs). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz; LAGO, Luciana Corrêa. *A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro*. Cadernos MetrÓpole – n. 5, 1999. Disponível em: http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm5_20.pdf.

_____; JUNIOR, Orlando Alves dos. *Governança empreendedorista e megaeventos esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira*. O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 – 2013; pg 23 - 42.

RIOS, José Arthur. *Entrevista*. In: FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

_____. (coord.) *Aspectos humanos da favela carioca – estudo socioeconômico elaborado por SAGMAC*”. Suplemento especial I e II. O Estado de São Paulo, São Paulo, 13 e 15/04/1960. (Disponível em CD.).

ROCHA, Lia de Mattos; SILVA, Itamar. *Associações de moradores de favelas e seus dirigentes: o discurso e a ação como reversos do medo*, in: *Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro*. Organização: Justiça Global. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

_____. *Uma favela “diferente das outras?” Rotina, silenciamento e ação coletiva na Favela do Pereirão, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013.

_____. *Da “cidade integrada” ao “empreendedorismo”: participação e gestão nas margens em tempos de “pacificação” (versão preliminar)*. 38º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu – Minas Gerais. GT 34: Sobre periferias – Novos Conflitos no Espaço Público. Outubro de 2014.

RODRIGUES, André e SIQUEIRA, Raíza. “As unidades de polícia pacificadora e a segurança pública no Rio de Janeiro”, in: *Cadernos do ISER: Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões*. Rio de Janeiro: ISER, n.67, ano 31, 2012.

_____; CASANOVA, Carlos; GUARIENTO, Suellen; MENDONÇA, Tássia; SIQUEIRA, Raíza. “Pensando as associações de moradores no contexto das UPPs”. In:

Cadernos do ISER: Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões. Rio de Janeiro: ISER, n.67, ano 31, 2012.

_____; CARVALHO, Michel; GOMES, Barbara; LJTMAN, Tamara; MENDONÇA, Tássia. “O funk está ‘pacificado’?” In: *Cadernos do ISER: Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões*. Rio de Janeiro: ISER, n.67, ano 31, 2012.

SILVA, Maria Laís Pereira. *Favelas Cariocas, 1930-1945*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. *A permanência das favelas cariocas e o plano doxiadis num contexto de mudanças (1960-1965)*. Disponível em <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1049/1024>. 2004.

SMITH, Neil. *La nueva frontera urbana. Ciudad revanchista y gentrificación*. Traficantes de sueños, 2012.

TELLES, Vera da Silva. *Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade*. Dilemas, 5-6, 2009, pp. 97-126.

_____. *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

_____. “Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa”. In: Christian Azaïs, Gabriel Kessler, Vera Telles. *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012, pp. 27-56.

VALLADARES, Lícia. *A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais*. RBCS Vol. 15 no 44 outubro/2000.

_____; PRÉTECEILLE, Edmond. *A desigualdade entre os pobres - favela, favelas*. In: Henriques R, organizador. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea; p.459-485. 2000b.

_____. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. *Introdução*. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

CONFORMING INFORMALITY IN THE MARGINS OF THE STATE: TRADE IN FAVELAS WITH UPP.

ABSTRACT

Adopting the analytic key of Cardoso (2010, 2013, 2014) to approach the set of themes of informality in the Brazilian labor market and the theoretical perspective of Das and Poole (2004) to deal with the “favelas cariocas” as margins of the national state, this article analyses the route of a merchant whose establishment is placed in a “pacified” area of the city of Rio de Janeiro.

KEY-WORDS

Informality. Margin of the State. “Pacification”. Work.